

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)**

**UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**EDUARDA DE MORAES KNOBELOCH**

**“JAMAIS DESISTIREI DO FUTEBOL FEMININO EM NENHUMA  
SITUAÇÃO”: A criação do (s) primeiro (s) time (s) de mulheres do Grêmio Foot-  
ball Porto Alegrense (1979-1983).**

**São Leopoldo**

**2024**

EDUARDA DE MORAES KNOBELOCH

**“JAMAIS DESISTIREI DO FUTEBOL FEMININO EM NENHUMA SITUAÇÃO”: A criação do (s) primeiro (s) time (s) de mulheres do Grêmio Football Porto Alegrense (1979-1983).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, pelo Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Korndörfer

São Leopoldo

2024

*“É preciso, todavia, não esquecer as mulheres, entre todos estes homens que só, vociferavam, clamavam o que haviam feito ou que sonhavam fazer. Fala-se muito deles. O que se sabe delas?”*

*- Georges Duby (apud Perrot, 2005).*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha gratidão à minha família por me proporcionar uma educação universitária de qualidade e por aceitar minha escolha de uma carreira diferente daquela tradicional em nossa família. Mesmo à sua maneira única, eles sempre me ofereceram suporte incondicional, garantindo que nunca me faltasse nada. Além disso, contribuiu para meu autoconhecimento, ao não poupar esforços para que eu recebesse o melhor atendimento profissional na área da saúde, o que me ajudou a manter a determinação ao longo da minha trajetória.

Minha mãe, Marta, merece um agradecimento especial. Foi ela quem me ensinou a olhar o mundo sob diferentes perspectivas, a apreciar boa música, a valorizar filmes e a amar a arte. Ela também me inspirou a criticar o cenário político ao meu redor e, talvez sem perceber, me influenciou a me tornar uma mulher feminista. Meu pai, Vitor, teve um papel essencial na minha formação, ensinando-me com uma combinação equilibrada de firmeza e leveza. Com ele, aprendi o valor do trabalho árduo, mas também a importância do descanso, da humildade, do respeito às diferentes perspectivas de mundo e, é claro, a ser gremista. Minhas irmãs, Vitória e Virgínia, meus maiores amores, expresso minha imensa gratidão. Vocês são mulheres fortes que me protegem e me fortalecem diariamente. Amo vocês profundamente.

Aos amigos que conheci durante o curso, vocês tornaram minha graduação muito mais leve e divertida. Agradeço pelos momentos compartilhados, pelas risadas, pelas idas ao Bar do Alemão, onde reclamamos, surtamos e vivemos a vida universitária. Obrigada, Paulo, Felipe, Guilherme, Thamires, Paula, Bruna, Pablo, Anna, Bernardo e Ilton, por permitirem que eu compartilhasse essa jornada com vocês. Agradeço também aos meus amigos Carlos e João pelos momentos incríveis que compartilhamos em torno do Grêmio, fortalecendo ainda mais nosso amor pelo clube.

Minha gratidão também vai para minha psicóloga, Carolina Lange, cuja competência profissional foi fundamental para me manter firme durante os momentos mais difíceis.

Não posso deixar de mencionar a museóloga Sibelle Barbosa e toda a equipe do Museu do Grêmio Hermínio Bittencourt, que prontamente me auxiliaram com as fontes necessárias para a elaboração deste trabalho. Por fim, agradeço à minha orientadora,

Dra. Ana Paula Korndörfer, uma historiadora e professora exemplar. Sua dedicação, organização e humanidade tornaram essa jornada acadêmica ainda mais enriquecedora. Ser sua aluna foi uma honra inestimável, e eu a escolheria novamente sem hesitação.

## RESUMO

Embora a contribuição masculina para o futebol seja amplamente reconhecida, pouco se sabe sobre o papel das mulheres nesse esporte. Este trabalho analisa o processo de instituição do (s) primeiro (s) time (s) feminino (s) do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, processo no qual a jogadora Marianita da Silva Nascimento tem destaque. Serão exploradas a criação do primeiro time em 1980, antes da regulamentação, o Esporte Futebol Clube, segundo time não oficial, em 1982, bem como o terceiro time, já oficial, em 1983, todos liderados pela jogadora. O ponto de partida será a proibição do futebol feminino no Brasil e na Inglaterra, para evidenciar as barreiras enfrentadas pelas mulheres e a importância de seus esforços na conquista do direito de jogar. A pesquisa também examina a legalização do futebol feminino em 1979 e sua regulamentação em 1983, com foco no contexto gaúcho e no papel da Federação Gaúcha de Futebol. As fontes incluem recortes de jornais do acervo do Museu do Grêmio Hermínio Bittencourt, documentos legais como o Decreto-Lei nº 3.199/1941 e as deliberações nº 07/65 e nº 01/83 do Conselho Nacional de Desportos, além de uma entrevista realizada pelo museu do Grêmio com Marianita em 2021. A análise será fundamentada nas abordagens de História Social do Futebol e História das Mulheres.

**Palavras-chave:** Futebol feminino; Grêmio FBPA (1980-1983); Marianita Nascimento; Regulamentação; História das Mulheres;

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - INÍCIO DE UM RELACIONAMENTO: MULHERES E O FUTEBOL NO BRASIL E NA INGLATERRA.....	14
1.1 Início.....	14
1.2 Cartão vermelho!.....	24
CAPÍTULO 2 – O RETORNO DO QUE NUNCA PAROU: DA LEGALIZAÇÃO À REGULAMENTAÇÃO. ....	35
2.1 As partidas durante a proibição .....	36
2.2 Legalizado, mas clandestino. ....	39
CAPÍTULO 3 – O (S) PRIMEIRO (S) TIME (S) FEMININO (S) DO GRÊMIO (1980-1983).....	54
3.1 Foi assim que chegaram ao Grêmio.....	54
3.2 Mudanças após a regulamentação de 1983.....	65
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78

## INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a participação das mulheres no futebol é uma área que, embora tenha ganhado visibilidade em diversas disciplinas, como Educação Física<sup>1</sup>, Comunicação<sup>2</sup> e Administração<sup>3</sup>, permanece subexplorada na área da História. Uma busca realizada em repositórios de universidades gaúchas<sup>4</sup>, utilizando as palavras-chave “futebol”, “futebol feminino”, “futebol de mulheres” e “Grêmio”, revelou a ausência de trabalhos históricos focados no futebol feminino no estado do Rio Grande do Sul. Este fato justifica a importância deste estudo para a historiografia, já que, mesmo sendo o futebol uma prática profundamente enraizada na cultura brasileira e gaúcha, a participação das mulheres nesse esporte foi sistematicamente negligenciada, tanto pela sociedade quanto pela historiografia.

A proibição da prática do futebol para as mulheres no Brasil, que vigorou por quase quatro décadas, entre 1941 e 1979, reforça a relevância deste estudo. Essa proibição, sustentada por um determinismo biológico infundado, é um exemplo claro das desigualdades de gênero impostas pela sociedade patriarcal. Mesmo após a revogação da proibição, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para conquistar espaço nesse esporte persistem, tornando evidente a necessidade de investigar como as atletas desafiaram as barreiras legais e sociais impostas. O Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, escolhido como objeto de estudo, criou seu primeiro time feminino antes mesmo da regulamentação do esporte em 1983, o que torna essa investigação ainda mais relevante. Este trabalho busca, portanto, preencher uma lacuna na historiografia ao investigar e construir a trajetória dos primeiros times femininos do Grêmio, entre

---

<sup>1</sup> Exemplo destes trabalhos: Trept, Paula Flores. O futebol feminino no discurso de homens estudantes de educação física. Monografia (Educação Física). Escola de Educação Física, UFRGS. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/32341>.

<sup>2</sup> Almeida, Evelyn do Amaral de. Gurias coloradas: a relação entre o futebol feminino, grandes patrocinadores, mídia e audiência. Monografia (Publicidade e Propaganda). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS. 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/274238>.

<sup>3</sup> Bomfim, Julia Kranen. As gurias da dupla grenal: análise do engajamento dos principais times femininos gaúchos nas redes sociais. Monografia (Administração). Faculdade de Administração, UFRGS, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/273604>.

<sup>4</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Feevale, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui), Universidade do Vale do Taquari (Univates), Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter).

1980 e 1983, e destacar o papel da jogadora Marianita da Silva Nascimento na construção e manutenção desses times.

Metodologicamente, a pesquisa se baseia em uma análise documental de jornais e documentos legais, complementada por uma entrevista com Marianita Nascimento, jogadora de destaque nesse período. Foram utilizadas como fontes diversos recortes de jornais disponibilizados pelo Museu do Grêmio Hermínio Bittencourt, abrangendo os anos de 1980, 1982 e 1983. Entre os periódicos analisados, destacam-se Correio do Povo, Zero Hora, Jornal do Brasil, Revista Manchete, Revista Gool, Jornal dos Sports, Diário de Pernambuco, Diário Brasiliense, Folha da Tarde e Jornal de Caxias. Além desses, foram examinados documentos legais relevantes, como o Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, a Deliberação nº 07/65 e a Deliberação nº 01/83 do Conselho Nacional de Desportos. Complementando a análise documental, foi incluída uma entrevista com Marianita Nascimento, realizada em 2021 pelo museu do Grêmio, oferecendo uma perspectiva valiosa para a compreensão histórica do tema. A análise dos recortes impressos foi conduzida com base no texto de José D'Assunção Barros, *Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica* (2021), que serviu como aporte metodológico. Já para a entrevista, adotamos os métodos da História Oral, fundamentados no *Manual de História Oral*, de Verena Alberti (2004).

Este trabalho está fundamentado nos estudos de História das Mulheres, tendo como referencial teórico as contribuições de Michelle Perrot (2005) e Louise Tilly (1994). Michelle Perrot é essencial por abordar a construção das identidades femininas e a relação das mulheres com os espaços público e privado, destacando como suas trajetórias foram invisibilizadas ou marginalizadas em narrativas históricas tradicionais. Já Louise Tilly contribui ao explorar as conexões entre gênero, economia e sociedade, oferecendo uma análise crítica das dinâmicas de poder e das desigualdades de gênero ao longo da história. Os questionamentos apresentados por Tatiana Lima Siqueira (2008) sobre o papel da História na promoção de relações sociais menos hierarquizadas servem de ponto de partida para esta pesquisa. A exclusão histórica das mulheres do futebol é analisada sob a perspectiva da História Social, conforme proposta por José D'Assunção Barros (2005), que enfatiza a importância de estudar os processos sociais dinâmicos. A proibição do futebol feminino é vista, portanto, como parte de um processo maior de exclusão social e de

manutenção de hierarquias de gênero, que precisa ser historicamente desnaturalizado.

No momento em que confrontamos essa exclusão das mulheres na história do futebol, o intuito é que, “através desta confrontação [...] a história das mulheres terá possibilidades de modificar o quadro geral da história no seu conjunto” (TILLY, 1994, p. 30).

Devemos considerar, na análise da vida das mulheres, até que ponto elas aceitaram as limitações sociais e políticas e buscar entender de que forma elas foram diferentes dos homens em seus comportamentos e ações (TILLY, 1994, p. 37). A historiadora Fernanda Haag (2023) afirma, ainda, com pertinência, que a análise de gênero nos esportes ocorre com atraso nos estudos acadêmicos e foi negligenciada, justamente, por ser considerada uma área muito masculina, o que dificultou a “aproximação das feministas” (p. 36).

A perspectiva oferecida por Silvana Goellner (2021), ao discutir como os marcadores sociais de diferença foram utilizados para justificar a exclusão das mulheres, reforça a ideia de que as características atribuídas ao gênero são construções culturais e não naturais.

Fábio Franzini (2005), em um artigo publicado pela Revista Brasileira de História e intitulado *Futebol é “coisa para macho?” Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol*, destaca o “apagamento” das mulheres na historiografia sobre o futebol brasileiro e cita duas obras das “poucas referências encontradas a seu respeito” (p. 317): uma obra de 1950<sup>5</sup> que aborda rapidamente o futebol de mulheres, que não alcança sucesso e popularidade, e outra, de 1990, intitulada *Breve História do Futebol Brasileiro*<sup>6</sup>, que fala sobre a participação feminina apenas em uma nota de rodapé.

Estas reflexões fazem recordar que, ao realizar a pesquisa para esta monografia, foi analisada a obra *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*, de Hilário Franco Jr.<sup>7</sup> Acreditava que, por se tratar de uma obra que discutia futebol, cultura e sociedade, as mulheres estariam aí inclusas. Não foi o que encontrei,

---

<sup>5</sup> MAZZONI, Thomaz. História do Futebol no Brasil. São Paulo: Leia, 1950.

<sup>6</sup> WITTER, José Sebastião. Breve História do Futebol Brasileiro. São Paulo: FTD, 1996.

<sup>7</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 433p.

infelizmente. Isto não diminui o valor desta obra realizada pelo historiador, mas apenas confirma o que Franzini discute em seu artigo.

Em uma entrevista de Hilário Franco Jr. ao Ludopédio, o canal futebolístico questiona: “Em seu livro, você avalia que os clubes podem ser considerados os “deuses do futebol”. Neste ano foi realizada a edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino. Apesar do futebol ser politeísta, por que há tão pouca adoração pelas “deusas” desse esporte, religião e arte?” (Ludopédio, 2015)<sup>8</sup> O historiador responde:

Posso arriscar uma hipótese antropológica: na grande maioria das religiões as mulheres estão excluídas do sacerdócio, inclusive, claro, no catolicismo. Então, o caráter religioso do futebol que defendo no livro, não se aplicaria por definição ao futebol feminino. Além disso, o aspecto simbolicamente guerreiro que se associa ao futebol não se coaduna bem com sua expressão feminina. Mas também há uma hipótese sociológica: a posição da mulher na sociedade observada. [...] Parece-me haver relação entre o maior ou menor grau de machismo da sociedade e a maior ou menor aceitação do futebol feminino. Na verdade, nunca pensei detidamente nesse tema, o que já é um indício interessante. Talvez tenha sido uma dessas rejeições inconscientes que me levaram a nunca me interessar por isso (LUDOPÉDIO, 2015).

O historiador afirma que o caráter simbólico de guerreiro, utilizado em seu livro, não “se coaduna bem” com a expressão feminina. Isto pode estar relacionado justamente com o papel cultural imposto às mulheres e omitido pela historiografia, o que condiz com a observação do historiador ao mencionar o caráter sociológico: “a posição da mulher na sociedade observada”.

Michele Perrot (2005) também concorda que ocorreu um apagamento das mulheres na historiografia em geral, portanto, também considera que ocorre na história da religiosidade, como pontua Hilário Franco Jr., pois, tanto na história dos santos, nas crônicas medievais ou ainda na Antiguidade, às mulheres é destinado o apagamento de relatos, estes que sempre foram baseados nos espaços públicos, local destinado aos homens.

A partir disso, o primeiro capítulo explora o início da prática do futebol feminino, tanto na Inglaterra quanto no Brasil, contextualizando historicamente esse processo e a proibição imposta às mulheres. O objetivo é levantar reflexões sobre essa proibição e entender porque, até hoje, é desafiador para as mulheres jogarem futebol e se inserirem nesse meio. Este capítulo fundamenta-se em autoras(es) como Nathália Fernandes Pessanha (2021), Silvana Goellner (2008, 2021), Aira Bonfim (2019) e

---

<sup>8</sup> Hilário Franco Jr. (parte 2). Ludopédio, 2015. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/entrevista/hilario-franco-jr-parte-2/> Acesso em: agosto de 2024.

Fábio Franzini (2005) e faz uso do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, como fonte.

No segundo capítulo, são examinadas as práticas esportivas femininas no Brasil, destacando que, mesmo durante o período em que a modalidade era proibida para mulheres, muitas delas resistiram e continuaram a praticar o esporte. Também é analisado o contexto da legalização em 1979 e da regulamentação do futebol feminino em 1983, mostrando os desafios e controvérsias desses processos, bem como o papel da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) juntamente com a jogadora Marianita. Além disso, são relatadas as arbitrariedades impostas pelo Conselho Nacional de Desportos (CND) e pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ao futebol feminino. Esse panorama será construído a partir de recortes de jornais de 1980, 1982 e 1983, das deliberações nº 10/79 e nº 01/83 do Diário Oficial da União e dos textos de Giovana Capucim (2012), Fernanda Ribeiro Haag (2023) e Carolina Soares de Almeida (2023).

Finalmente, no terceiro capítulo, será abordada a criação do primeiro time feminino em 1980 e seu encerramento, a fundação do Esporte Futebol Clube, em 1982, e o retorno do time oficial do Grêmio em 1983. O objetivo é compreender as estratégias que as atletas usaram para continuar praticando futebol, com foco em Marianita Nascimento, uma atleta de destaque no futebol feminino e amplamente retratada nos jornais do acervo do museu Hermínio Bittencourt. Serão analisadas as dificuldades de manter o time estável, relacionando essas barreiras com a proibição imposta às mulheres desde 1941 e a estrutura patriarcal a qual estamos submetidas.

Este estudo busca contribuir para a construção de uma narrativa histórica mais inclusiva, que reconheça a luta das mulheres por espaço e visibilidade em um campo tão tradicionalmente masculino quanto o futebol. A proposta central é dar visibilidade a essas mulheres, oferecer-lhes o devido espaço na memória coletiva e promover o reconhecimento de suas conquistas.

Trata-se de uma iniciativa relevante para ampliar o conhecimento sobre a atuação das mulheres no esporte, desmistificando a ideia de que elas permaneceram passivas ou inertes. Essa percepção equivocada muitas vezes persiste justamente pela falta de informações sobre a resistência e a participação ativa das mulheres em contextos historicamente dominados por homens. Assim, o presente trabalho visa entregar contribuições para contar a história feminina no Grêmio, uma

vez que a história do clube destaca muitas vezes apenas os caminhos dados pelo esporte masculino. Torna-se, portanto, essencial ressaltar a importância do registro dessas histórias na memória institucional e social do clube. Essa iniciativa é fundamental para promover uma compreensão mais justa e abrangente do papel das mulheres na trajetória histórica do Grêmio. Preservar essas narrativas contribui também para enriquecer a identidade do clube, assegurando que as experiências e conquistas das mulheres sejam devidamente valorizadas e integradas ao patrimônio gremista.

## **CAPÍTULO 1 - INÍCIO DE UM RELACIONAMENTO: MULHERES E O FUTEBOL NO BRASIL E NA INGLATERRA**

Este capítulo apresenta a trajetória do futebol feminino no Brasil e na Inglaterra, traçando as raízes históricas e culturais que influenciaram o desenvolvimento e as proibições da modalidade para mulheres. No Brasil, a popularidade do futebol feminino enfrentou barreiras relacionadas às normas sociais e ao controle do corpo feminino, vinculadas à política eugenista e ao determinismo biológico. O texto expõe como o futebol feminino, inicialmente restrito às elites, desafiou a estrutura de poder ao ampliar a participação feminina no espaço público.

Na Inglaterra, a Primeira Guerra Mundial proporcionou às mulheres oportunidades de ocupar o espaço esportivo, resultando na formação de equipes como o Dick, Kerr Ladies, que atingiram grande sucesso. Contudo, o retorno dos homens após a guerra trouxe restrições, culminando na proibição da modalidade em 1921 pela Federação Inglesa de Futebol. A análise comparativa entre os dois países revela como a popularização do futebol feminino, embora distinta em cada contexto, enfrentou preconceitos semelhantes.

Este capítulo fundamenta-se em autoras (es) como Nathália Fernandes Pessanha (2021), Silvana Goellner (2008, 2021), Aira Bonfim (2019) e Fábio Franzini (2005) e faz uso do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, como fonte.

### **1.1 Início**

Para compreender as dificuldades enfrentadas pelas jogadoras do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, é essencial historicizar o início do futebol feminino, investigando as razões e os contextos que levaram à proibição deste esporte para as mulheres. Este processo histórico nos permitirá estabelecer uma ligação entre as origens do futebol feminino e as adversidades específicas enfrentadas pelas atletas do Grêmio.

O futebol feminino começou a ganhar popularidade no início do século XX. No entanto, esse crescimento foi frequentemente confrontado com barreiras significativas, muitas das quais estavam enraizadas em normas sociais e culturais que restringiam o papel das mulheres na sociedade.

Embora apareçam outros exemplos de países neste tópico, como a França, Alemanha e a Itália, irei me deter especificamente nos casos do Brasil e da Inglaterra, por dois motivos principais. O primeiro se dá pela forte cultura futebolística desses locais. O Brasil é considerado, hoje, o país do futebol e a Inglaterra, a inventora da modalidade. Além disso, nos dois países, as proibições ocorreram de maneiras muito semelhantes, via entidades governamentais ou ligadas ao esporte (Pessanha, 2021).

Na Inglaterra Vitoriana, o futebol havia sido regulamentado e a inclusão de exercícios físicos nas escolas da elite havia se estabelecido, tendo como objetivo formar cidadãos saudáveis e preparados para a vida social na corte. Quanto aos trabalhadores, que conquistaram o direito à folga nos sábados, agora poderiam desfrutar desta nova prática regulamentada (Helal, 1997, apud Oliveira, 2012).

Além disso, neste mesmo período, no século XIX, o futebol também aparecia no currículo das escolas de trabalhadores e, no início do século XX, nas escolas frequentadas por mulheres (Pessanha, 2021).

Em outubro de 1894, o paulista e “pai do futebol no Brasil”<sup>9</sup>, Charles Miller, que passou uma temporada na Inglaterra, desembarca em Santos. Em sua mala havia duas bolas, uma bomba de ar, uniformes, apito e um livro de regras do esporte. Oliveira (2012), afirma que, durante o período em que o estudante esteve fora, muitas coisas mudaram em seu país: “Charles Miller deixou um país monárquico e escravocrata, e reencontrou um Brasil republicano, que recém havia abolido a escravidão e trocara a mão de obra negra por trabalhadores imigrantes assalariados”.

No início do século XX, o futebol estava presente na vida das mulheres inglesas. No Brasil, as mulheres da elite já tinham familiaridade com alguns esportes<sup>10</sup>, mas, com a chegada do futebol e com a sua popularização, elas também se tornaram próximas desta nova categoria. Contudo, encontrar fontes para provar quando e onde especificamente ocorreram as primeiras partidas das mulheres neste esporte não é algo simples. De acordo com Pessanha,

---

<sup>9</sup> Charles Miller é o mais reconhecido no Brasil, entretanto, Aira Bonfim (2019) aponta que, na verdade, existem muitos “pais” do futebol no país, como Thomas Donohoe e Oscar Cox, personagens que também foram privilegiados por aparecerem em muitas documentações. No entanto, não podemos deixar de refletir que, com certeza, há mais pessoas envolvidas nesse processo que não foram retratadas nos documentos, como pode ter acontecido com mulheres que poderiam ser as “mães” do futebol.

<sup>10</sup> Remo, esgrima, hipismo, atletismo e críquete.

A busca pela evidência do primeiro jogo de futebol praticado por mulheres não é uma tarefa fácil, sobretudo porque os rastros ou fontes sobre partidas femininas foram perdidos com o tempo. Contudo, segundo Williams (2014), o primeiro *match* feminino foi provavelmente uma partida não oficial disputada com algumas regras da federação inglesa entre dois times que se autoneameavam Inglaterra e Escócia, em 1881. Já no Brasil, de acordo com Aira Bonfim (2019), muitos pesquisadores colocavam o estopim da prática de futebol por mulheres na década de 1920, contudo, foram encontradas evidências de partidas realizadas pelo menos na década anterior (Pessanha, 2021).

Acredito que nunca saberemos ao certo quando um grupo de mulheres ou um grupo misto de homens e mulheres chutaram a primeira bola de futebol com o intuito de jogar uma partida. Pelo menos, temos claro que esse feito não é de hoje, mas de no mínimo 100 anos atrás.

Há ainda dúvidas sobre como o futebol teria chegado ao Brasil, se por estudantes, como o caso de Charles Miller, pelo contato de marinheiros estrangeiros com brasileiros nos portos ou, ainda, pela criação de clubes de futebol por imigrantes. Todas essas opções podem ter acontecido, gerando, assim, a disseminação do esporte no país tropical (Almeida, 2013).

O que temos certeza é de que, no início do século XX, o futebol feminino brasileiro estava acontecendo apenas nas arquibancadas da elite. Isto porque o esporte era voltado à elite branca pois, segundo Silvana Goellner (2008), esta foi uma das inúmeras ações realizadas pelo estado brasileiro em prol do desenvolvimento da raça branca, além de outras, como a vigilância sobre casamentos inter-raciais e a esterilização de doentes. De acordo com a autora, “considerado como caráter aristocrático, familiar e saudável, o esporte passa a ser recomendado como uma prática que possibilita o desenvolvimento orgânico e social dos indivíduos tornando-os mais fortes e conscientes de seus deveres para com a sociedade e a Nação”.

Por consequência, o esporte irá se disseminando e obtendo importância nos meios aristocráticos, nas cidades e nas escolas que, agora, têm como objetivo desenvolver “as virtudes da raça e as aptidões hereditárias de cada indivíduo” (Goellner, 2008). Podemos observar que isso se assemelha ao plano da Inglaterra, que, antes da popularização dos esportes às classes mais baixas, já havia adicionado ao seu plano nacional o estudo da educação física nas escolas.

Vejamos, a noção de que a atividade física atua no aprimoramento da espécie e fortalece a saúde do indivíduo (fator que é comprovado), infelizmente, para além da

melhora do desempenho humano, também tomou um designo darwinista e patriótico. Esse discurso circulou pelo Brasil do século XX e, junto dele, a ideia de aprimoração do corpo feminino branco.

No século XX, a prática esportiva feminina não era uma novidade, mas foi nesse período que as mulheres começaram a ganhar maior visibilidade no espaço público. Segundo a pesquisadora Goellner (2008), essa crescente presença feminina gerou um tensionamento nos ambientes tradicionalmente dominados por homens. A entrada das mulheres no esporte não apenas desafiou normas sociais e culturais da época, mas também confrontou a estrutura de poder existente, que buscava manter a atividade física como um domínio masculino<sup>11</sup>.

Os primeiros vestígios de mulheres envolvidas em esportes organizados se relacionam a espaços frequentados pela elite, como clubes e centros esportivos. Esses locais, que inicialmente introduziram o futebol masculino, também foram pioneiros na inclusão das mulheres em práticas esportivas. Contudo, o acesso a esses espaços era restrito, e o esporte feminino era frequentemente relegado a uma posição secundária em relação ao masculino (Bonfim, 2019).

Aira Bonfim (2019) defende que as mulheres brasileiras construíram uma história esportiva muito diferente da história do desenvolvimento das modalidades masculinas. Isso vem de encontro com o que defendeu Hilário Franco Jr. em sua entrevista para o Ludopédio. O historiador, porém, se utiliza de termos e traços da binaridade para justificar sua análise (Ludopédio, 2015).

Durante o processo de modernização do Rio de Janeiro, a cidade se tornou um centro para práticas esportivas e de lazer, refletindo as mudanças urbanas e sociais do século XX. Como já dito, a elite burguesa, com recursos financeiros e tempo livre, tornou-se a principal consumidora das novas manifestações culturais, incluindo atividades esportivas. Embora o futebol tenha ganhado destaque, outras modalidades, como remo, esgrima, hipismo, tiro ao alvo, atletismo e críquete, também atraíram a participação feminina, mesmo que ainda de forma limitada. O interesse pelo desenvolvimento físico das mulheres era parte de um contexto urbano que promovia uma cidade mais esportiva e atraente (Bonfim, 2019).

---

<sup>11</sup> Mesmo que as mulheres tenham sido introduzidas, a dominação dos espaços esportivos não poderia ser delas.

Os eventos sociais ligados ao turfe também influenciaram o envolvimento feminino no esporte, incluindo o futebol. A presença das mulheres nesses ambientes era notável, e sua participação ativa ajudou a moldar a cultura esportiva da cidade. O termo "torcedoras" surgiu nesta época, associado tanto ao entusiasmo das mulheres nos eventos esportivos quanto ao costume dos jogadores de amarrar fitas coloridas nos calções, simbolizando os clubes. Assim, as mulheres desempenharam um papel importante na introdução e popularização dos esportes no Rio de Janeiro, contribuindo para uma nova interpretação da realidade social local (Bonfim, 2019).

Mas não foi somente aqui que o esporte começou a se expandir, levando o futebol feminino consigo. A autora Nathália Fernandes Pessanha estabelece um panorama geral sobre o início do futebol na Europa, se pautando pela obra da escritora Jean Williams (2014), que afirma:

O futebol de mulheres também se desenvolveu na Alemanha e Áustria depois da Primeira Guerra Mundial e existem algumas evidências de jogos na Rússia. Os Estados Unidos e o Canadá possuíam programas de futebol para mulheres nas escolas desde pelo menos o início dos anos 1920 e há evidências de algumas jogadoras estudantes em Hong Kong (Williams, 2014, apud Pessanha, 2021) (tradução da autora).<sup>12</sup>

Na Inglaterra, o futebol irá se popularizar para as mulheres na primeira Guerra Mundial. Este fato ocorreu porque os homens que trabalhavam nas fábricas armamentistas tiveram que participar na guerra, seja no front ou em outro campo. Desta forma, as mulheres ocuparam seus espaços na produção de armas e, assim, começaram a organizar times de futebol para jogar com as novas colegas de trabalho. Atento que, com isso, podemos notar, neste momento, as mulheres ocupando o espaço público.

É interessante notarmos a diferença na maneira em como se dá a popularização desse esporte para as mulheres no Brasil e na Inglaterra. No Brasil, a popularização ocorreu através da elite, que já estava participando dos clubes esportivos, inicialmente apenas como público. Na Inglaterra, o esporte se disseminou a partir do chão das fábricas, em decorrência da Primeira Guerra.

---

<sup>12</sup> Texto original: "*Women's football also developed in Germany and Austria after the First World War and there is some evidence of a game in Russia. The United States and Canada had college-based soccer programmes for women since the early 1920s, at least, and there is some evidence of female college players in Hong Kong*" (WILLIAMS, 2014, p.69, apud Pessanha, 2021, p. 8).

Na fábrica *Dick, Kerr & Comunitons*, em Preston, surgiu, em 1917, um dos times mais famosos o *Dick, Kerr Ladies*, que foi oficializado pela própria empresa (segundo BBC News, France Info e Jean Williams apud Pessanha). No site francês *France Info*, está disponibilizada uma breve história destas mulheres:

Para a primeira reunião, o designer industrial Alfred Frankland – agora gerente – alugou o estádio vizinho Deepdale pela boa quantia de 20 libras, hoje 5.000 euros. Afastados do futebol desde o fim do campeonato masculino em 1915 devido à guerra, mais de 10 mil pessoas reuniram-se nas arquibancadas na véspera de Natal para testemunhar a vitória esmagadora por 4 a 0 das "**Munitionettes**" sobre o time feminino de uma fábrica vizinha. Lucro para os feridos de guerra tratados no hospital próximo: 600 libras na época, mais de 50 mil euros hoje. (tradução nossa)

Os jogos femininos, serviram, muitas vezes, como uma via de caridade. Isto se assemelha muito com o futebol brasileiro, como veremos mais adiante. Outro ponto que pode ser destacado deste trecho da notícia é o que se refere à quantidade de visitantes nas arquibancadas, mais de 10 mil pessoas. Isto aparenta ser uma quantidade significativa de público para uma modalidade que estava recém iniciando.



Figura 1 "*Dick, Kerr Ladies regularly played to large crowds of thousands in the 1920-21 season*". National Football Museum. Fonte: BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-merseyside-55429876> Acesso em: 08/08/2024

A imagem acima foi registrada em Liverpool, numa partida que contou com 53.000 telespectadores em 1920. Segundo o site britânico BBC, outras 14.000 pessoas haviam ficado do lado de fora, sem conseguir entrar no estádio para assistir à partida, que foi realizada com o intuito de arrecadar dinheiro para soldados feridos. "Não havia liga feminina naquela época, então todos os jogos femininos eram disputados

por caridade", diz a autora e ex-jogadora do *Preston Rangers*, Gail Newsham" (BBC News, 2020).

O futebol feminino também fez sucesso na mesma época na França. O país teve a criação de muitos times a partir de 1916. Em 1923, "no seu apogeu", a cidade de Paris chegou a ter 18 times, que contavam com uma liga feminina de futebol, a *Ligue de Paris de Football Féminin*, que foi criada em 1933, após a extinção da *Fédération des Sociétés Féminines Sportives de France* (FSFSF), fundada em 18 de janeiro de 1918. A criação da nova liga feminina também se justifica pela exclusão das mulheres da *Fédération Française de Football* (FFF) (Borges, 2017). Segundo Williams (2013, apud. Pessanha, 2021), a "exclusão das mulheres da federação esportiva masculina levou ao aumento do número de clubes esportivos dedicados a seus interesses".<sup>13</sup>

Na França, não foi diferente do Brasil ou da Inglaterra no quesito da desconfiança com relação à presença das mulheres nesse esporte: "Nos anos 1920 e 1930, as reticências e hostilidades vinham de setores masculinos do esporte, de educadores e de médicos" (Borges, 2017). Esta desconfiança, que foi semelhante na América e na Europa, tem sua raiz no patriarcado, uma estrutura presente em todo o globo, na qual, via seus mecanismos, acarretará na proibição do esporte para as mulheres em diversos países destes continentes.

Se na Inglaterra o futebol se tornou popular para as mulheres em meados de 1915, no Brasil, temos fontes de 1920 que comprovam a interação das mulheres com a bola de futebol. A pesquisadora Aira Bonfim (2019) disserta, ainda, sobre fontes que indicam a ocorrência do futebol de mulheres no Brasil dez anos antes, em 1910. Entretanto, o *boom* deste esporte foi em 1930, época em que o futebol feminino foi se aproximando das características do futebol masculino e tomando as classes populares.

Getúlio Vargas, presidente do país naquela época, não ousou frear a popularização do futebol entre as massas. Bem pelo contrário, o governo viu no futebol uma boa estratégia de unificação cultural, visto que estratégias seriam necessárias para a transição de um regime democrático para uma ditadura militar. Neste sentido,

---

<sup>13</sup> Texto original: "*in France, the exclusion of women from male sports Federation had led to a rise in the number of sports clubs dedicated to their interests*" (Williams, 2013, p. 19, apud. Pessanha, 2021).

“o governo estado novista de Getúlio Vargas formalizou nessa época a maior regulação e intermediação das relações entre um governo autoritário e o campo desportivo” (Manhães, 1986 apud Bonfim, 2019).

No caso da Inglaterra, vimos que o *Dick Kerr's Ladies* foi o time pioneiro do Reino Unido que “muitos anos antes do movimento de empoderamento feminino surgir, lá estava o time enfrentando as proibições da época e dando voz às apaixonadas pelo esporte”<sup>14</sup>. No Brasil, também temos exemplos de times femininos pioneiros.

Como vimos, tudo se inicia nos clubes esportivos do Rio de Janeiro para, daí se propagar ao resto do país. Na antiga capital brasileira, havia um time denominado Villa Izabel F.C, fundado em 1912. As fontes analisadas pela pesquisadora Aira Bonfim (2019) indicam que já havia uma presença feminina nas estruturas do clube. A historiadora afirma, ainda, que o interesse deste clube em incluir as mulheres, estaria ligado a inclusão desta nova atividade de lazer entre a elite carioca.

Não sabemos ao certo quando surge de fato o primeiro time feminino no Brasil, mas é possível identificar diversos times que vão se formando e sendo pioneiros pela sua força de vontade e realizando, assim, a abertura de caminhos às mulheres que surgirão no futuro da empreitada.

Além do Villa Izabel F.C, temos conhecimento do Sport Clube Celeste, que promoveu uma partida feminina com árbitra mulher em 1923. As primeiras referências sobre a participação das mulheres neste esporte aparecem de forma muito tímida, em regiões periféricas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte. Temos fontes sobre Sport Clube Natalense (RN), ABC Foot-Ball Clube (RN), Clube de Regatas Vasco da Gama (1923), entre outros<sup>15</sup> (Bonfim, 2019).

Na década de 1980, surgiu um time de renome no Brasil, o Esporte Clube Radar. Sua fama penetrou nos diversos estados brasileiros, por qualidade técnica e títulos ganhos. Atento que, com isso, não estou desmerecendo, de forma alguma,

---

<sup>14</sup> QUERO JOGAR FUTEBOL FEMININO. Dick Kerr's Ladies, o time de futebol feminino que foi pioneiro na Europa. 2021. Disponível em: <https://querojogarfutebofeminino.com.br/dick-kerrs-ladies-o-time-de-futebol-feminino-que-foi-pioneiro-na-europa/> Acesso em: Agosto de 2024

<sup>15</sup> Para saber mais sobre estas fontes, ler a dissertação de BONFIM, Aira Fernandes. Football Feminino, entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres (1915-1941). 2019. Dissertação – Mestrado em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro.

outras mulheres que já jogavam desde a década de 1910 e 1920, mas apenas fazendo um comparativo sobre reconhecimento e sobre popularidade alcançadas<sup>16</sup>, compreendendo as diferenças temporais entre um e outro. O *Dick Kerr's Ladies* é reconhecido mundialmente e foi um time da década de 1920. Infelizmente, pelo apagamento historiográfico das mulheres na história do futebol brasileiro, não obtivemos tal reconhecimento das nossas pioneiras do início do século XX.

Em meio a esta comparação, haveria alguma outra ligação dos primeiros times femininos do Brasil e da Inglaterra?

Havia circos que percorriam o país, e alguns *theatros* que recebiam em seus palcos espetáculos femininos, em que as mulheres jogavam futebol como parte da atração. Essas apresentações eram muitas vezes vistas como curiosidades ou espetáculos exóticos, o que reforçava a visão de que o futebol era uma atividade inadequada para as mulheres.

Isto ocorreu no Brasil, em diversos estados da república, como Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará, Paraíba e Pará.<sup>17</sup> Mas também ocorreu do outro lado do atlântico, na Inglaterra e Espanha, respectivamente em 1914 e 1931 (Torrebadella-flix, 2016, apud Bonfim, 2019). Não é possível afirmar que as experiências tenham sido idênticas, até porque provavelmente não foram, mas é interessante notarmos que o futebol feminino, não visto por muitas pessoas até então, foi oportunizado nos palcos circenses. Ridicularizada ou não, a prática era quase que impensável para uma grande parcela da população. Assim, o circo foi um palco que fomentou o imaginário e a prática do futebol feminino.

## Segundo Aira Bonfim

“A ideia de vender a experiência do futebol feminino, oriunda de um mercado da diversão, foi forjada entre os produtores teatrais e circenses, ainda na década de 1920 e, ressignificadas, nos campos suburbanos cariocas e no próprio estádio do Pacaembu, em 1940. Entretanto, a ideia nova do consumo de um futebol jogado por mulheres, por vezes expunha tais jogadoras a julgamentos preconceituosos, vitimistas (como se elas fossem exploradas por

---

<sup>16</sup>O Esporte Clube Radar foi um time de futebol do Rio de Janeiro muito retratado nas mídias jornalísticas na década de 1980, convidado para realizar partidas no exterior e muito rememorado em museus e páginas de futebol. O ECR foi considerado o melhor time feminino brasileiro e campeão de todas as edições da Taça Brasil de Futebol Feminino (1983 – 1989) (ALMEIDA, 2023).

<sup>17</sup> “Um clássico no circo: os 90 anos do primeiro jogo de futebol feminino do Recife e suas origens no Brasil”. Disponível em: <https://ge.globo.com/pe/futebol/futebol-feminino/noticia/2022/12/29/um-classico-no-circo-os-90-anos-do-primeiro-jogo-de-futebol-feminino-do-recife-e-suas-origens-no-brasil.ghtml>

cavadores) e desqualificadores, forjados no próprio contexto de implantação do profissionalismo no futebol brasileiro.” (2019, p. 190)



Figura 2 Atrizes da equipe feminina de futebol do Circo Irmãos Queirolo, em 1930, no Rio de Janeiro — Foto: O Globo, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1930. Disponível em: <https://encurtador.com.br/27KRx>

Tanto na Inglaterra quanto na Espanha, a imprensa noticiou de forma burlesca

“um festival esportivo promovido por artistas dos music-halls de Londres, no Estádio do Tottenham (Torrebadella-flix,2016:315-316), assim como do teatro de revista Ruzaba e Apolo, nas cidades espanholas de Madrid e Valencia” (Fernández, 1988 apud Torrebadella-flix, 2016, apud Bonfim, 2019).

Portanto, além das fábricas, escolas, subúrbios e clubes da elite, os circos também foram palcos de iniciação do futebol feminino, tanto no Brasil, como na Inglaterra e na Espanha.

No século XX, a sociedade era caracterizada por um cenário em que as mulheres estavam mais confinadas ao ambiente doméstico. Para que elas se destacassem na história do futebol, era essencial que conquistassem um lugar na esfera pública, o que muitas vezes acontecia em contextos como o dos circos.

É importante mencionar que, apesar do crescente número de mulheres, independentemente de sua classe social, circulando nos espaços urbanos, as exigências morais da época não se tornaram menos rigorosas. Pelo contrário, essa maior visibilidade intensificou os debates sobre a moralidade feminina, especialmente

no que diz respeito aos perigos e responsabilidades associados à vida pública (Bonfim, 2019).

## 1.2 Cartão vermelho!

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal. (Chartier, 1995, apud Meira, 2014.)

A predominância de homens cis nos altos cargos de poder não é uma constatação nova. No século XX não foi diferente, e agora, no XXI, apesar das mudanças efetuadas e da conquista de maiores liberdades para as mulheres, ainda assim, os homens mantêm superioridade nas estruturas de poder.<sup>18</sup> A seguir, veremos como no século XX esta predominância dos homens ocupando cargos de autoridades, ocasionou na exclusão das mulheres dos campos de futebol.

Sem perder o pioneirismo, na Inglaterra, a expulsão das mulheres ocorreu em 1921. No Brasil e na França, as mulheres foram proibidas de jogar em 1941, na Alemanha, em 1955 e, em 1960, no Paraguai.

Fomos expulsas em anos e lugares distintos, mas pelos mesmos motivos (determinismo biológico). Apesar dos contextos políticos variados, as relações de poder apresentavam características semelhantes (ordem patriarcal).

Júlio César Meira (2014), pontua que, Michel Foucault, em *História da Sexualidade I*, observou que no século XVIII houve uma emergência do discurso da moralidade sexual, que ocasionou uma exigência de padrão de comportamento “decente” baseado primeiramente na religiosidade. Isto fez com que a sociedade - primordialmente a feminina - tivesse que controlar seus pensamentos e desejos. Este controle foi realizado através do âmbito público, por homens, para chegar na esfera privada, às mulheres.

Porém, estamos abordando um acontecimento do século XX, que ocorreu entre as décadas de 1920 a 1960. Entretanto, as proibições ocorridas nestes anos e nos locais mencionados não ocorreram aleatoriamente e de um dia para o outro. Na realidade, foram pautadas em ideais que já existiam e que foram retroalimentados. A

---

<sup>18</sup> A título de exemplo: Chade, Jamil. “Apenas um em cada dez países é liderado por uma mulher”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/03/08/apenas-um-de-cada-dez-paises-e-liderado-por-uma-mulher.htm>.

diferenciação binária entre homens e mulheres, a liberdade dada a eles e a submissão imposta a elas está, aqui, pautada por processos simbólicos de cada cultura que geram a determinação social através do sexo. Como afirma Goellner:

Papéis e estereótipos revelam-se como estruturas fixas baseadas em padrões ou regras estabelecidas por cada sociedade. Assim, os sujeitos aprendem a ser homens e mulheres adaptando-se ou aprendendo a comportar-se de acordo com esses papéis (Goellner, 2008)

Além da moralidade ser baseada pela religiosidade, no século XX, também teremos a moralidade baseada no cientificismo, ou melhor dizer, pseudo cientificismo. As proibições concedidas ao sexo feminino estariam atreladas a sua natureza, e, por consequência, sua moralidade deveria respeitar as atribuições de sua natureza.

O futebol feminino se desenvolveu na Inglaterra em decorrência da substituição dos homens pelas mulheres nas fábricas por causa da Primeira Guerra Mundial. Assim, as mulheres ao alcançarem este espaço público, começaram a se organizar para ocupar outro, o campo de futebol. Nessa conjuntura, as grandes fábricas de armamentos e outros suprimentos começaram a organizar torneios entre seus times femininos para fins de caridade. O sucesso foi grande, como nos é comprovado com as *Dick, Kerr's Ladies*<sup>19</sup>. Mas, com o fim da Primeira Guerra, as meninas irão perder o espaço conquistado.

Ao voltarem às fábricas, os homens também voltaram às suas partidas de futebol. Isso fez com que a sociedade Inglesa retornasse parcialmente<sup>20</sup> ao seu mecanismo costumeiro de funcionamento e, portanto, não haveria mais espaço para elas (Pessanha, 2021).

Em dezembro 1921, a Federação Inglesa de Futebol (FA) proibiu as partidas femininas e solicitou o fim dos times femininos aos clubes que faziam parte da federação.

Mesmo que não houvesse uma proibição completa às mulheres, a medida restringiu a atuação dos times, tirou a atenção dos jogos femininos que, conseqüentemente, não teriam receita para continuarem e, então, a maioria dos times foi desmantelada.

---

<sup>19</sup> Coleman, Jenny. The Boxing Day game that changed women's football. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-merseyside-55429876>

<sup>20</sup> "Parcialmente" porque estavam retornando de uma guerra. É inevitável que uma sociedade retorne da mesma maneira como quando entrou no conflito.

Dizia o primeiro parágrafo do documento da FA, de 1921:

“Reclamações foram feitas sobre o futebol praticado por mulheres, o Conselho se sentiu impelido a expressar sua forte opinião de que o jogo de futebol é incompatível para as mulheres e não deve ser encorajado” (Williams, 2014, apud PESSANHA, 2021) (Tradução: Nathália Pessanha)<sup>21</sup>.

Na citação acima, referente ao primeiro parágrafo do documento da Federação Inglesa de Futebol, podemos notar que a justificativa do ato é dada pela suposta incompatibilidade das mulheres com o futebol.

Além dessa justificativa sem embasamento, podemos analisar o contexto do retorno dos homens às suas atividades diárias. Durante a ausência deles, as mulheres conseguiram assumir as responsabilidades que anteriormente eram dos homens, o que, de forma inconsciente, pode ter gerado desconforto no sexo oposto, dado que, o pensamento social construído sobre as mulheres, reforçava a crença de que elas não eram capazes. Portanto, para mandar as mulheres retornarem para seu espaço privado,

“Em 1921, a FA acabava de introduzir a dissociação da segunda divisão, o que duplicou o número de clubes profissionais. Estes últimos fizeram um forte lobby para monopolizar todas as receitas do futebol, eliminando assim a concorrência do futebol feminino” (France Info, 2019) (tradução nossa).

Logo, no Reino Unido, “este movimento de exclusão das mulheres do futebol coincide com a tendência de mandá-las para casa, de expulsá-las do mercado de trabalho, no final da guerra”.<sup>22</sup>

A proibição na Inglaterra serviu como precedente à proibição na Alemanha, que ocorreu mais tardiamente, em 1955. Assim como ocorrera na Inglaterra, a proibição estava embasada na imoralidade da mulher praticar o esporte.

A ascensão do futebol feminino na Alemanha começou após a Segunda Guerra Mundial, quando times amadores de mulheres começaram a surgir. Em resposta, a Federação Alemã de Futebol (DFB) reagiu de maneira negativa. Em 30 de julho de 1955, a DFB proibiu formalmente as mulheres de jogarem futebol sob sua jurisdição, alegando que o esporte não era adequado ao corpo feminino e que podia

---

<sup>21</sup> “Complaints have been made as to football being played by women, the Council feel impelled to express their strong opinion that the game of football is quite unsuitable for females and ought not to be encouraged” (Williams, 2014, p. 66, apud. Pessanha, 2021, p. 11)

<sup>22</sup> Godon, Pierre. *Comment l'Angleterre a empêché les pionnières du foot féminin de conquérir le monde*. Disponível em: [https://www.francetvinfo.fr/sports/foot/coupe-du-monde-de-foot-feminin/comment-l-angleterre-a-empeche-les-pionnieres-du-foot-feminin-de-conquerir-le-monde\\_3261549.html](https://www.francetvinfo.fr/sports/foot/coupe-du-monde-de-foot-feminin/comment-l-angleterre-a-empeche-les-pionnieres-du-foot-feminin-de-conquerir-le-monde_3261549.html)

representar riscos à saúde. A justificativa oficial incluía preocupações sobre a feminilidade e o papel social das mulheres, argumentando que esportes como o futebol poderiam prejudicar a capacidade das mulheres de exercerem suas "funções naturais" (Pereira, 2020).

As mulheres continuaram jogando bola na Alemanha Ocidental, porém, a maneira a partir da qual o país conseguiu afastar as mulheres foi não incentivando a prática do esporte. Assim, a Federação Alemã, com o apoio dos seus filiados, fazia questão de punir qualquer pessoa que estivesse, de alguma forma, ajudando as mulheres interessadas em jogar futebol, além de interferir nos jogos. Não foram apenas clubes, mas também cidades que sofreram punições ou ameaças da Federação por estarem apoiando a modalidade (Pereira, 2020).

O regime nazista também foi cúmplice na sustentação da imoralidade da prática feminina de futebol, pois ele preconizava que as mulheres alemãs deveriam focar na maternidade, visto que esse era o papel primordial das mulheres arianas para perpetuar a raça. Segundo Nathália Pessanha,

Dessa forma, enquanto o homem era convocado para a defesa da pátria durante o período de conflito armado, a mulher era exaltada como figura materna e submissa ao marido. A propaganda a elas destinada mostrava-as como a pessoa responsável pelo lar, pelos filhos e pelo bem-estar da família, exaltando as qualidades germânicas e os ideais de comportamento buscados pelo Partido Nazista. (Kupp; Barros, 2018, apud. Pessanha. 2021.)

É interessante analisarmos que tanto no caso da Alemanha, quanto no da Inglaterra, as guerras estão envoltas na história do futebol feminino e, nos dois casos, o Estado impõe o local em que a mulher deverá estar ora podendo ocupar fábricas, porque naquele momento ela teria que ser útil na economia, ora sendo a máquina reprodutora de um regime que idealizava uma raça predominantemente ariana, mas nunca recebendo e sendo merecedora de um espaço de lazer e atividades prazerosas. No momento que experimenta o lazer e nele deseja ficar, a estrutura patriarcal rapidamente encontra maneiras de reassumir o controle da situação.

Quanto ao modelo francês de proibição, que ocorreu durante o governo de Vichy (1940-1944) - período em que parte da França, inicialmente o Norte, estava sob controle da Alemanha - teve início em 1941, 14 anos antes da proibição no país germânico e no mesmo ano da proibição no Brasil.

Se a Alemanha se inspirou na França, não é possível afirmar, mas os embasamentos eram os mesmos nos três países europeus. Na França, como na Inglaterra, o futebol se popularizou no início do século XX, especialmente durante a

Primeira Guerra Mundial, e teve um dos primeiros times femininos registrados na Europa, o *Fémina Sport*, de 1912, que resiste até os dias de hoje. Na França, porém, também havia a percepção de que a prática esportiva poderia prejudicar a saúde das mulheres, principalmente em relação à capacidade de ter filhos. Conseqüentemente, a Federação Francesa de Futebol (FFF), dominada por homens, não via com bons olhos o futebol feminino e impôs uma proibição formal. As autoridades consideravam que o futebol era um esporte exclusivamente masculino, inadequado para mulheres (Borges, 2017) (DIBRADORAS).

A proibição durou várias décadas, dificultando o desenvolvimento do futebol feminino no país. Só em 1970 a FFF voltou a permitir oficialmente a prática, impulsionada pela mudança de mentalidade e pelo crescente movimento pela igualdade de gênero. É na mesma década que a Alemanha, Inglaterra, Brasil e outros países também irão liberar a prática.

O fato notável é que tanto na América do Sul quanto na Europa, os discursos que justificavam a ilegalidade da modalidade estavam baseados no controle do corpo feminino, que tinha como dever gerar novos cidadãos saudáveis para suas respectivas nações. Portanto, essa perversa justificativa atravessou oceanos e se espalhou por mais de um país.

As proibições chegaram à América Latina. Em 1941, o futebol estava alcançando grande popularidade no Brasil de Getúlio Vargas. Como mencionado anteriormente, a difusão do futebol não foi interrompida na década de 1930, pelo contrário, consolidou-se como uma manifestação cultural do país (Bonfim, 2019).

O futebol se popularizou nos subúrbios, na elite, entre homens e mulheres. Estas últimas já participavam de torneios e realizavam viagens entre os estados brasileiros, o que tornou a modalidade feminina mais visível. As partidas femininas até apareciam brevemente nos jornais da época. No entanto, essa proliferação do futebol entre as mulheres não era motivo de orgulho para muitos homens. Assim, começaram a surgir em diversos jornais notas de repúdio a essa prática. Um exemplo disso é a carta de um cidadão carioca endereçada ao presidente Getúlio Vargas, em 1940:

Refiro-me, Snr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar esse esporte violento sem afetar seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que a dispôs a *ser mãe...*  
Ao que dizem os jornais, no Rio já estão formados nada menos de dez quadros femininos. Em S. Paulo e Belo Horizonte também já estão

constituindo-se outros. E, neste crescendo, dentro de um ano é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 clubes femininos de futebol, ou seja: 200 núcleos destroçadores da saúde de 2.200 futuras mães, que, além do mais, ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes; pois, desde que já se chegou à insensatez inqualificável de organizar-se pugnas de futebol *com um grupo de cegos* a correrem, às tontas, atrás de uma bola cintada de guizos, não será de admirar que o movimento feminino a que nos estamos reportando seja o ponto de partida para, no decorrer do tempo, as filhas de Eva se exibirem também em assaltos de luta livre e em justas da “nobre arte”, cuja *nobreza* consiste em dois contendores se esmurrarem até ficarem babando sangue (Carta de José Fuzeira ao Ilmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getulio Vargas apud FRANZINI, 2005.)

A carta mencionada acima foi escrita por um cidadão brasileiro que não era médico nem educador físico, mas que, como muitas outras pessoas da época, se posicionava contra o futebol feminino por acreditar que esse esporte não era saudável para as mulheres. O documento também reflete a crença do autor na política eugenista vigente no Brasil do século XX, ao reforçar um determinismo biológico ao papel feminino, definindo as mulheres unicamente como mães.

Além disso, ao citar as “filhas de Eva”, o autor faz referência a um time feminino do subúrbio do Rio de Janeiro e sugere que, caso o Governo Federal não tomasse medidas imediatas para frear a “disseminação” do futebol feminino, essas mulheres logo estariam praticando lutas, o que ele considerava inadmissível. Outro ponto relevante na carta é o cálculo feito pelo autor, afirmando que “2.200 futuras mães... ficarão presas a uma mentalidade depressiva e propensa a exibicionismos rudes e extravagantes”. Essa afirmação busca alarmar sobre o futuro das mulheres brasileiras, mas carece de base científica. Hoje sabemos que a prática de esportes aumenta os níveis de dopamina, endorfina e outros hormônios que melhoram nossa saúde mental e física.

No Brasil, manifestações contrárias ao futebol feminino eram frequentes nos jornais, conforme demonstram estudos de Aira Bonfim (2019), Fábio Franzini (2005) e Fernanda Ribeiro Haag (2023), que analisaram essas fontes para compreender o tema. Além dessa carta de José Fuzeira, outras manifestações contrárias ao futebol feminino foram publicadas em diversos jornais ao longo dos anos de 1940 e 1941.

A carta de Fuzeira chegou até a Presidência da República e foi encaminhada à Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, que demonstrou concordar com o autor. Isso indica que houve um aval científico para a legitimação do machismo. Em resposta, o Ministério da Educação e Saúde declarou:

O gesto do Snr. José Fuzeira, determinando o debate sobre uma questão que poderia ter conseqüências nocivas para a saúde de grande número de moças, é digno de todos os louvores.

Efetivamente, o movimento que se esboçou nesta Capital para a formação de vários quadros femininos de futebol, e que tomou corpo com o apoio que alguns jornais cariocas deram, é desses que merecem a reprovação das pessoas sensatas, já pelo espetáculo ridículo que representa a prática do “*association*” pelas mulheres, como também pelas razões de ordem fisiológica, que desaconselham sumariamente um gênero de atividade física tão violento, incompatível mesmo com as possibilidades do organismo feminino ...

Existe hoje uma interminável bibliografia sobre assuntos referentes à educação física e desportos, sendo todos os autores unânimes em profligar o jogo do “velho esporte bretão” pelas mulheres, por acarretar traumatismos que podem afetar departamentos do organismo feminino especialmente delicados e de importância vital (Parecer da Sub-divisão de Medicina Especializada apud Franzini, 2005.).

É interessante observar que essa carta gerou repercussão no Ministério da Educação e Saúde. Podemos nos questionar se houve uma resposta à carta porque esse tema já estava sendo debatido no ministério ou porque era um assunto em pauta na sociedade e, conseqüentemente, repercutiu no governo federal. O que se pode estabelecer claramente é a ligação do eugenismo com a ideia excludente de quem é considerado saudável ou não para determinadas atividades.

A carta apresenta um caráter extremamente machista ao afirmar que “merecem reprovação das pessoas sensatas, já pelo espetáculo ridículo que representa a prática do ‘*association*’ pelas mulheres”, referindo-se ao futebol feminino como algo feio e de má qualidade. Não nego que a modalidade feminina da época possuía uma técnica inferior em relação à masculina, mas isso se deveu a fatores culturais e não biológicos. Uma coisa é certa: o público que apreciava o futebol não considerava essa questão como motivo para não comparecer às partidas, uma vez que muitos jornais relataram a presença de grandes públicos em jogos femininos no Rio de Janeiro, demonstrando um horizonte promissor para o futebol de mulheres<sup>23</sup>.

Ao desaconselharem “sumariamente um gênero de atividade física tão violento, incompatível mesmo com as possibilidades do organismo feminino”, percebemos que nossos corpos tinham donos: os homens e o Estado. Como afirma Silvana Goellner, “a diferença biológica é tomada para explicar desigualdades sociais, gestando, assim, formas de inclusão e exclusão de sujeitos e grupos” (2008).

---

<sup>23</sup> De acordo com *O Radical*, atingiu-se 160 conto de réis, reiterando o texto do *Correio Paulistano*, que afirmou que a assistência do público no dia do jogo foi numerosíssima, “como “sardinhas” no estádio” (Bonfim, 2019, p. 162).

Fica claro que o problema central não era o futebol em si, que é apenas mais um esporte coletivo. A questão estava na subversão dos papéis sociais e “naturais” da mulher na sociedade, tanto no Brasil quanto na Inglaterra, França, Alemanha e outros países. Esses locais não proibiram a prática do futebol em si, mas inibiram o direito das mulheres de praticá-lo e de usufruir do lazer. A prática do futebol feminino possibilitava a existência de outras mulheres, outras mães, outras jovens, além daquelas pré-determinadas pelo status quo, e isso era o que se tornava inadmissível.

Foi assim que em 14 abril de 1941 foi expedido o Decreto-lei 3.199 que instituiu o Conselho Nacional de Desportos (CND):

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,  
DECRETA:  
CAPÍTULO I

*DO CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS E DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESPORTOS*

Art. 1º Fica instituído, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática, dos desportos em todo o país.

Art. 2º O Conselho Nacional de Desportos compor-se-á de cinco membros, a serem nomeados pelo Presidente da República, dentre pessoas de elevada expressão cívica, e que representem, em seus vários aspectos, o movimento desportivo nacional.

*Parágrafo único.* A nomeação, de que trata este artigo, será feita por um ano, não sendo vedada a recondução.

Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos:

a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;

b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;

c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas;

d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções.

[...] CAPÍTULO IX

*DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS*

Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1941, 120º da Independência e 53º da República (grifo nosso)<sup>24</sup>

O artigo 54 do Decreto-lei 3.199 não especificava quais esportes eram proibidos para as mulheres, deixando essa responsabilidade a cargo do Conselho Nacional de Desportos (CND). Coube ao CND definir quais modalidades poderiam ser praticadas por mulheres, publicando apenas uma lista dos esportes permitidos, sem mencionar explicitamente aqueles que não deveriam ser praticados. Entre os esportes autorizados, estavam principalmente aqueles tradicionalmente associados à elite, como vôlei, críquete, tênis, natação e ciclismo, todos permitidos apenas de forma amadora e não profissional.

Ao longo de todo o Decreto-lei, não há nenhum artigo direcionado aos homens, nem mesmo a menção da palavra “homem”; todas as regulamentações são voltadas exclusivamente para as mulheres. Isso deixa claro que nenhum esporte era considerado incompatível com a natureza masculina, evidenciando a desigualdade de tratamento entre os gêneros, uma vez que,

Tais relações de poder, existentes enquanto discursos construídos que naturalizavam a dominação social e política no campo simbólico, operavam no real pelas regras e normatizações, inclusive no campo da legislação (Meira, 2014, p. 207)

Michel Foucault, ao falar sobre a “histeria” das mulheres realizou uma observação que se relaciona igualmente com este caso da proibição das mulheres a práticas esportivas, segurando que

Neste caso, a intervenção [do estado] era de natureza reguladora, mas devia apoiar-se na exigência de disciplinas e adestramentos individuais. De um modo geral, na junção entre o “corpo” e a “população”, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte (Foucault, 2003, p. 136-37 apud. Meira, 2014, p. 212)

Anteriormente, as mulheres poderiam ser ameaçadas de morte pelo Estado e pela Igreja — como ocorria nos tribunais de inquisição. Agora, a gestão de suas vidas era moldada pelas estruturas estatais e pelas normas sociais que regulavam nossos comportamentos. Júlio César Meira (2014) analisou que para o historiador Foucault, esse processo passa pela judicialização “e isso inclui a transposição para o discurso

---

<sup>24</sup> Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: agosto de 2024

científico, manifestado nas soluções e tratamentos para os que se afastavam da heteronormatividade ou questionavam os discursos naturalizantes”.

Após as restrições impostas no início dos anos 1940, o futebol feminino no Brasil não desapareceu por completo, mas passou a ocorrer de forma esporádica. No entanto, isso não significa que a questão deixou de preocupar os defensores da moral da época. Tanto é que, logo nos primeiros anos da ditadura militar, o Conselho Nacional de Desportos publicou uma deliberação que proibiu a prática, por mulheres, de esportes como futebol, futsal, *rugby*, halterofilismo, entre outros. Diferentemente do Decreto-lei 3.199, que não especificava quais modalidades eram proibidas, a deliberação de 1965, promulgada durante a ditadura militar, estabeleceu de forma clara quais esportes eram considerados ilegais para as mulheres.

#### DELIBERAÇÃO Nº 07/65

N. 2 Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, *rúgbi*, halterofilismo e baseball (Conselho Nacional de Desportos apud. Filho, 1988, p. 49)

Fica evidente o desejo institucional de disciplinar o campo esportivo, fazendo do corpo feminino uma questão de Estado. Esses quase 40 anos de proibição causaram “um enorme hiato no pertencimento esportivo das mulheres” (Goellner, 2021). Mesmo que elas continuassem jogando em alguns campos - provavelmente não havia fiscalização por toda parte – o seu espaço para pertencer a esse esporte e até mesmo de ser seu estilo de vida foi negado.

Viviane Goellner (2021) argumenta que além do futebol ser proibido, foi vetado a liberdade de exercitar o corpo conforme a própria vontade. Fator que nunca foi negado aos homens, ainda que eles possam passar por algumas outras questões que os incomode, mas isso também é consequência do machismo. A pesquisadora conclui que

Eles não vivenciaram a força da lei, a judicialização de seus desejos nem a eliminação oficial de seus direitos. Ao contrário delas, que cotidianamente lutam para conseguir fazer do esporte um lugar que as acolha com segurança e liberdade. A aceitação dessa distinção revela mecanismos de manutenção de privilégios e de poderes cuja desestabilização demanda enfrentamentos diários visando uma maior equidade de gênero (Goellner, 2021, p. 108).

Isso está relacionado à diferença nas pautas atuais entre o futebol masculino e feminino. Ao analisarmos os jogadores e jogadoras dos times brasileiros, podemos observar que as mulheres demonstram maior criticidade ao darem

entrevistas e realizarem protestos em campo. Um exemplo disso ocorreu na quinta rodada do Brasileirão feminino, em abril de 2024, no jogo entre Corinthians e Santos.

Durante o Hino Nacional, as atletas colocaram a mão sobre a boca ou taparam os ouvidos. Uma alusão de que as atletas do futebol feminino não são escutadas em assuntos relevantes. A motivação foi a volta do treinador Kleiton Lima ao Santos.

Kleiton estava afastado desde setembro por causa de denúncias que 19 jogadoras santistas fizeram alegando assédio moral e sexual. Na época, o treinador pediu afastamento. Porém, retornou no último dia 9 de abril. A informação da diretoria santista é que o compliance do clube apurou, mas não confirmou que ocorreu assédio, mesmo com 19 denúncias anônimas (Terra, 2024)<sup>25</sup>

Esse protesto se espalhou e chegou a outras partidas femininas. Jogadoras do Palmeiras, Avaí Kindermann, Grêmio e Internacional se uniram, cobrindo a boca e os ouvidos, para manifestar-se contra o assédio no futebol feminino.

No futebol masculino, há uma forte proteção entre os jogadores e uma grande amizade entre eles. Nos casos de Daniel Alves e Robinho, ambos envolvidos em acusações de abuso sexual, podemos ver colegas de profissão defendendo os abusadores, como aconteceu com Neymar Jr., que emprestou 800 mil reais para Daniel,<sup>26</sup> um caso que foi confirmado pela justiça espanhola. Isso evidencia a enorme diferença nas lutas enfrentadas por mulheres e homens no esporte.

Entretanto, não posso deixar de mencionar a luta de Vini Jr., um atleta negro do futebol masculino, que se tornou um símbolo da necessária luta antirracista. Ele tem enfrentado severos atos de racismo na Espanha, tanto dentro quanto fora de campo, e tem se manifestado sobre sua situação. Muitos jogadores masculinos o apoiam e apoiam a causa antirracista no Brasil, o que, infelizmente, não ocorre em alguns países europeus, onde práticas racistas ainda são comuns.

---

<sup>25</sup> Jogadoras do Corinthians fazem protesto no jogo com o Santos. Entenda. Terra, 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/jogadoras-do-corinthians-fazem-protesto-no-jogo-com-o-santos-entenda,48de4f082293f8377f51dd62e5649385kng75q1c.html#:~:text=O%20in%C3%ADcio%20do%20jogo%20entre,boca%20ou%20taparam%20os%20ouvidos> Acesso em: agosto de 2024

<sup>26</sup> Neymar cedeu advogado e enviou R\$ 800 mil para reduzir pena de Daniel Alves. Uol Notícias, 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2024/01/09/neymar-cede-advogado-e-enviou-r-800-mil-para-reduzir-pena-de-daniel-alves.htm> Acesso em: agosto de 2024.

O que quero ressaltar é que muitos apoiam Vinicius Júnior por ser um colega homem de profissão, mas não se preocupam em se posicionar ao lado das pautas femininas de suas colegas.

Em síntese, busquei apresentar brevemente a trajetória das mulheres desde o início da prática do futebol até suas proibições, tanto na Inglaterra — pioneira do esporte — quanto na França, Alemanha e Brasil. Mostrei como a estrutura patriarcal molda nossos costumes e nossa vida em sociedade, evidenciando também o apagamento feminino na historiografia e o atraso na análise de gênero nos estudos acadêmicos sobre esportes.

O início do futebol e de outras práticas esportivas entre mulheres foi associado à ideia eugenista de que um corpo saudável era necessário para gerar filhos. No entanto, essa mesma visão levou à proibição dos esportes femininos, fundamentada em interpretações restritivas da biologia das mulheres. Para Silvana Goellner:

Experenciar o esporte e tornar visível seus corpos em um espaço outrora de exclusividade dos homens, revelou que o discurso da fragilidade biológica da mulher configurava uma construção discursiva com vistas a legitimar a divisão sexual, tornando-a inabalável, mesmo em modalidades que não exigiam intenso esforço físico. Essa afirmação de modo algum nega a existência de diferenças biológicas entre os sexos, mas propõe um deslocamento do foco central da análise: mais do que buscar explicações que possam medir, comparar ou explicar fisiologicamente as diferenças entre as performances dos homens e das mulheres, deveríamos nos indagar por que essas diferenças, e não outras quaisquer, foram tomadas como as mais importantes para demarcar tal distinção (Goellner, 2021, p. 103).

A percepção de que as mulheres não apenas podiam praticar esportes, mas também exercer sua liberdade e autenticidade, gerou desconfiança entre os homens e desafiou os mecanismos de poder, a organização social e a heteronormatividade.

## **CAPÍTULO 2 – O RETORNO DO QUE NUNCA PAROU: DA LEGALIZAÇÃO À REGULAMENTAÇÃO.**

Este capítulo explora a saída do futebol feminino da ilegalidade em 1979, revelando que, embora proibidas oficialmente, muitas mulheres nunca deixaram de praticar o esporte. Isso indica falhas frequentes na fiscalização estatal e demonstra o futebol feminino como um ato de resistência, sobretudo em práticas clandestinas, eventos beneficentes e partidas informais nas várzeas e periferias. A legalização da modalidade em 1979, ocorrida durante o contexto de redemocratização e ascensão

do feminismo no Brasil, representou um avanço significativo, embora a prática ainda estivesse cercada de restrições e desigualdades.

Observa-se que as pressões morais da sociedade continuavam pesando intensamente sobre as mulheres. Destacamos a atuação da Federação Gaúcha de Futebol (FGF), que pressionou o Conselho Nacional de Desportos (CND) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) pela conquista da regulamentação do futebol feminino, oficializada apenas em 1983. Apesar da oficialização, o preconceito e as limitações institucionais seguiram como obstáculos à inclusão plena das mulheres no esporte, revelando uma trajetória permeada tanto por avanços legais quanto por barreiras culturais e sociais persistentes.

Esse panorama será construído a partir de recortes de jornais de 1980, 1982 e 1983, do acervo do Museu Hermínio Bittencourt, das deliberações nº 10/79 e nº 01/83 do Diário Oficial da União e dos textos de Giovana Capucim (2012), Fernanda Ribeiro Haag (2023) e Carolina Soares de Almeida (2023).

## **2.1 As partidas durante a proibição**

Com a legalização da modalidade acontecendo somente em 1979, teriam as mulheres ficado sem jogar durante 38 anos?

A proibição do futebol feminino acarretou em muitos problemas à liberdade feminina. Como vimos anteriormente, a negação ao esporte tinha o intuito de inibir a liberdade de exercitarmos o corpo conforme nossa vontade, além de que, nosso sentimento de pertencimento ao esporte e ao lazer foi dificultado. Isso pode explicar porque somos minoria, ainda hoje, em jogos de futebol e o preconceito que predomina sobre as mulheres nas arquibancadas.

Giovana Capucim (2015) e Carolina Soares de Almeida (2023), apresentam em suas pesquisas diversas partidas de futebol realizadas por mulheres entre as décadas de 1960 a 1970. Frequentemente, os jogos tinham caráter beneficente e eram realizados por mulheres brancas da elite, com aval da CND, pois, por se tratarem de eventos beneficentes, eles não eram considerados partidas, mas espetáculos. Também ocorriam partidas nas várzeas, protagonizadas pelas mulheres da periferia e, eventualmente, nas festividades municipais.

Quanto aos jogos de caráter beneficente, Capucim (2015) notou que nos casos observados nos jornais de São Paulo, a renda dos jogos na maioria das vezes era destinada a instituições ligadas à Igreja Católica e que essas notícias se

localizavam nas colunas sociais dos jornais e não na parte esportiva. A pesquisadora também afirma que, mesmo com esses jogos acontecendo em clubes esportivos da elite, que continham time de futebol masculino, o CND não impedia de serem realizados.

Distantes dos centros urbanos e dos clubes esportivos, as mulheres das periferias jogavam nas várzeas, sendo proibidas de participar de equipes em clubes que possuíam times masculinos. Assim, os clubes esportivos da elite, que contavam com times femininos, eram acessíveis apenas às mulheres da classe alta e, mesmo assim, com a condição de que jogassem para fins beneficentes. As mulheres das periferias permaneciam restritas aos campos improvisados das várzeas (Capucim, 2015).

O futebol de várzea entre as mulheres era uma realidade. Isto posto, a pesquisadora Giovana Capucim ainda afirma que, entre essas mulheres, “em geral, elas reconheciam aquele ato como uma luta, ainda que esta não fosse uma bandeira para o movimento feminista brasileiro” (2015). Além disso, observou-se que muitos times foram formados fora das grandes áreas urbanas e, considerando o elevado número de equipes no interior, percebe-se que os órgãos de repressão tinham uma presença menos marcante nessas regiões.

Em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, há registros de que, desde 1978, mulheres se reuniam semanalmente no Parque Marinha do Brasil para jogar futebol. O time que participava dessas partidas informais contava com a jogadora Marianita da Silva Nascimento, que declarou à revista *Manchete* em 1980: “o argumento de que o futebol é violento não cabe; o basquete e o handebol são mais violentos e as mulheres os praticam”<sup>27</sup>. Essa declaração reflete o que Capucim (2015) aponta sobre jogar futebol ser visto como um ato de resistência, embora nem sempre relacionado diretamente ao movimento feminista.

A razão pela qual o CND não dava tanta atenção ao futebol amador está no fato de que ele não tinha o mesmo valor que o futebol profissional masculino:

O futebol profissional masculino era, por excelência, um espaço de poder, o esporte nacional. Por isso, ocupava muitas páginas dos jornais, muito tempo nas rádios e até nas televisões. Isso fazia com que os clubes, as cores, os jogadores, os treinadores e tudo aquilo que o cercasse se constituísse numa referência, fosse de comportamento, moda, estilo, idolatria e até política. O futebol profissional masculino tinha uma grande penetração social no sentido

---

<sup>27</sup> Em foco, Marianita. “As gaúchas estão com a bola toda”. Revista *Manchete*. Rio de Janeiro, nº 1492, de 1980, pág. 28. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

de produzir referências, questões e debates. As mulheres não poderiam ocupar esse lugar. Era poderoso demais para que os homens cedessem ou compartilhassem com elas. O futebol amador, não. Ele era, por definição, marginalizado, assim como, em geral, as mulheres na sociedade. Portanto, ali a prática do futebol por elas não era vista como uma contravenção da norma social. Tudo estava em seu lugar (CAPUCIM, 2015, p. 76)

No cenário internacional, já era evidente que a FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) legalizaria o futebol feminino. No Brasil, assim como em outras partes do mundo, as mulheres já praticavam o esporte, e não apenas em eventos beneficentes, mas também por diversão e prazer, como é o caso no Rio Grande do Sul.

No jornal *Zero Hora* de 1983, encontramos a foto do time Coríntians de Pelotas, de 1950.



Figura 3: Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 23 de junho de 1983, p. 44. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt

No recorte do jornal, o jornalista critica a visão de que o futebol feminino é assunto dos anos 1980, demonstrando que as mulheres já praticavam o esporte no Rio Grande do Sul há pelo menos 33 anos. Além disso, ele anuncia a realização do

primeiro Gre-Nal feminino e inclui uma charge que critica a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) por não apoiar o futebol feminino, pois a entidade nunca se empenhou em regulamentar a modalidade, aspecto que discutiremos a seguir.

## **2.2 Legalizado, mas clandestino.**

Da ditadura do Estado Novo até a ditadura cívico-militar, se passaram 38 anos de proibição do futebol feminino. O primeiro decreto-lei a negar o direito a diversos esportes às mulheres é de 1941, o segundo, que reiterava a proibição e nomeava quais eram as modalidades, datava de 1965. Em 1979, com a emergência do feminismo<sup>28</sup> e com a legalização da modalidade na Europa, o Brasil lança a deliberação 10/79, que legalizava a prática do futebol às mulheres. A ascensão do futebol feminino teve início no contexto do processo de redemocratização que ocorria em toda a América Latina, com a saída das ditaduras do poder, assim, muitos temas sociais se popularizaram na sociedade brasileira (Haag, 2023).

Em meio à abertura democrática, a mobilização das mulheres foi intensa. Para a pesquisadora Fernanda Ribeiro Haag (2023), os anos de 1970 e 1980 evidenciaram uma enorme ligação política entre as mulheres e os feminismos. Segundo a historiadora, algumas mulheres que viveram o exílio nos Estados Unidos puderam trazer para cá ideais de grupos libertários: “esses grupos foram a base para o movimento da Libertação da Mulher e eram originários dos movimentos negros, estudantis e da contracultura”.

O futebol feminino integrou, assim, a movimentação social brasileira no período da transição democrática, refletindo a mobilização política e cultural, além do envolvimento de mulheres em torno de seus propósitos individuais. Contudo, as pautas reivindicadas não são atendidas por completo de um dia para o outro. Ao lermos a deliberação nº 10/79, podemos destacar alguns pontos controversos:

O CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas [...]

DELIBERA:

1. As mulheres se permitirá a pratica de desportos na forma, modalidade e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada

---

<sup>28</sup> “O período que se estende entre o final da década de 1970 e início da década de 1980 foi marcado pela abertura política no país, o que possibilitou uma reestruturação e propagação de vários movimentos coibidos anteriormente pelo regime autoritário, bem como a entrada dos movimentos “libertários” provenientes de diferentes partes do mundo” (ALMEIDA, 2023.)

desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.

2. A permissão a que se refere o item 1, desta deliberação, só é aplicável quando a entidade internacional realizar a prática do desporto pelas mulheres, em seus campeonatos ou torneios oficiais.

3. As entidades máximas dirigentes dos desportos no país poderão estabelecer condições especiais para a prática desportos pelas mulheres, tendo em vista a idade ou o número incipiente de praticantes em determinada modalidade, observadas, porém as regras desportivas das entidades internacionais.

4. No caso de desporto, que ainda não seja praticado no Brasil ou que não seja dirigido por entidade internacional, a entidade dirigente no Brasil, deverá solicitar ao CND a devida autorização, para que possa ser praticado pelas mulheres.

5. A participação das mulheres e homens em provas ou competições mistas, só será permitida nas condições também permitidas pelas entidades dirigentes internacionais, nos seus campeonatos ou torneios oficiais.

6. A presente deliberação entrara em vigor na data de sua publicação, revogada a Deliberação nº 07/65.

SALA DAS SESSÕES, 21 DE DEZEMBRO DE 1979.

Nelson Mallemon Rebello Filho  
Vice-presidente no exercício da Presidência<sup>29</sup>

A deliberação nº 10/79 revogou a de nº 07/65. Contudo, os itens 3 e 4 mostram que, apesar da legalização do esporte feminino, o Conselho Nacional de Desportos (CND) ainda exercia controle sobre as atividades femininas. O CND mantinha o poder de estabelecer regras específicas para modalidades esportivas femininas e, nos casos em que não houvesse uma entidade representativa no Brasil ou no exterior, era necessário solicitar autorização para a prática do esporte pelas mulheres. Essa mudança representa uma abertura restrita e controlada. Além disso, a deliberação não autorizou o futebol profissional feminino, limitando-o apenas ao nível amador. Portanto, houve uma legalização na esfera política do que já estava acontecendo na sociedade feminina, pois o futebol de várzea já era comum entre as mulheres.

Em 1977, as atletas Maria Lenk, nadadora, e Íris Carvalho, tenista, foram convocadas para depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que investigava a condição da mulher na sociedade brasileira. Elas trataram do tema do esporte, propondo a revogação da deliberação de 1965. As atletas argumentaram que, se

---

<sup>29</sup> Página 92 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 31 de dezembro de 1979. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3438879/pg-92-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-12-1979> Acesso em: outubro de 2024.

certos esportes fossem prejudiciais às mulheres, a decisão de praticá-los ou não deveria ser delas (HAAG, 2023, p. 69). Há lógica nesta argumentação, pois, já que temos a liberdade de escolher consumir alimentos gordurosos, bebidas alcoólicas ou fumar, por que as mulheres não poderiam decidir se desejam praticar um esporte? O direito de escolha deve ser nosso.

Embora houvesse essa onda libertária que chegava com a abertura democrática do país, não é possível afirmar que todas as mulheres se afirmavam como feminista. Muitas delas acompanhavam de certa forma as reivindicações e expressões culturais através da mídia e de movimentos políticos, mas nem sempre aderiam a todas as pautas feministas. Podemos notar isto de forma bem clara com a fala da jogadora Carminha, do time Coisinha do Pai, de Recife:

Vamos deixar bem claro. Não estamos querendo brigar com os homens por uma posição no futebol. Queremos é nos divertir através do esporte, é uma forma diferente de expansão, de extravasamento de uma curiosidade nossa.

Eu, por exemplo, não me preocupo em ser melhor que o homem com o futebol, não, pois, no dia que quiser ser melhor que ele, basta ser a mulher que sou. A "Coisinha do Pai" não é e nunca será um movimento feminista como possam imaginar.

Se fosse, abriríamos a questão, só quem apitaria era mulher, a comissão técnica seria de mulheres, os homens não assistiriam os jogos. Nós queremos o apoio dos homens, que eles não nos prestigiem só para ver corpinho e rostinho bonitos. Nós queremos eles como críticos e torcedores<sup>30</sup>

Carminha, ao dar essa entrevista ao *Correio do Povo*, indica não considerar estar fazendo nada “revolucionário”. Ao dizer que “[...]no dia que quiser ser melhor que ele [homem], basta ser a mulher que sou. A "Coisinha do Pai" não é e nunca será um movimento feminista como possam imaginar”, sinaliza um panorama controverso na emergência do movimento feminista em um país que estava se encaminhando para a abertura democrática. A jogadora, apesar de estar emitindo uma fala e realizando um ato de contestação, porque lutava contra a imposição do que a sociedade esperava de uma mulher, não reconhecia o seu time e suas atitudes como feministas.

O Conselho Nacional de Desportos, na deliberação nº 10/79, não legalizou a participação de mulheres em clubes filiados à federação, situação que havia sido proibida na deliberação de 1965. Assim, é importante salientar a diferença entre legalização e regulamentação. A legalização, ocorrida em 1979, apenas dava o direito

---

<sup>30</sup> Sem título. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 27 de abril de 1980. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

às mulheres de jogarem futebol amador em locais que não fossem ligados a clubes associados à Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Já a regulamentação, ocorrida em 1983, aceitava que clubes brasileiros tivessem times femininos além dos masculinos, portanto, a modalidade feminina foi profissionalizada, mesmo que ainda sem os mesmos direitos dos homens. Por conta disso, muitas jogadoras consideravam que o futebol feminino seguia proibido após 1979.

Em 1980, surgiu o time feminino do Corinthians, que logo teve que se desvincular do clube por ordem do CND, e seguir carreira como “Corinthians do Parque” (CAPUCIM, 2015). Na mesma década, em 1982, havia uma equipe feminina, o Esporte Futebol Clube, que realizou uma partida no Estádio Olímpico Monumental, mas o mesmo órgão não deixou passar ileso:

O CND enviou ofício à CBF, solicitando que sejam apurados os responsáveis pelas partidas de futebol feminino realizados no Morumbi, em São Paulo, e no Olímpico, em Porto Alegre. O presidente do CND garante que punirá os responsáveis, pois o futebol feminino ainda é proibido no Brasil e o órgão não admite que sejam disputados jogos sem a sua autorização ou da CBF<sup>31</sup>

O mesmo ocorreu com relação a uma partida disputada no estádio Alfredo Jaconi, em Caxias do Sul/RS. O presidente do Juventude e o presidente da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) receberam, via telex, o comunicado de que a partida não havia sido liberada para ocorrer, negando, assim, a solicitação do clube Juventude. O *Jornal de Caxias*, advertia:

Sabe-se que os dois jogos realizados dias passados, um no campo do Grêmio e outro no Morumbi, têm inquéritos em andamento, da parte do CND, para identificar os responsáveis pela autorização dos jogos para depois partir para a devida aplicação das penas.<sup>32</sup>

As restrições do CND a estes jogos ocorriam porque eram realizados em estádios oficiais e, no caso do Grêmio, o clube não poderia ter uma equipe de mulheres por ser ligado à CBF. Nota-se que, na notícia anterior, o presidente do conselho garante a punição aos responsáveis pelas partidas, “pois o futebol feminino ainda é proibido no Brasil”. A notícia é de 1982, quando o futebol feminino já havia sido legalizado, mas o presidente afirma que jogos só poderiam ocorrer com a sua

---

<sup>31</sup> Sem título. Correio do Povo. Porto Alegre, 17 de setembro de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>32</sup> CND proibiu futebol feminino no Jaconi. Jornal de Caxias. Caxias do Sul, 20 de setembro de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

autorização ou da CBF, reiterando que o futebol foi legalizado somente como forma de lazer. Segundo Giovana Capucim (2015), “pode-se considerar que as jogadoras de futebol eram enquadradas na ideia de que jogavam por “amor”, atributo valorizado pelo futebol amador, porém não eram vistas como futuras craques de bola profissionais”.

Ademais, durante muito tempo, as mulheres inseridas no esporte precisaram negar sua homossexualidade e a masculinização, enfrentando estigmas que associavam sua participação esportiva a essas características. Como diz Carminha, fundadora do “Coisinha do Pai”: “muitos pensam que formamos um time de machonas. Isso não. São todas garotas que procuram uma forma diferente de divertimento”.<sup>33</sup>

A fim de legitimar sua presença, muitas atletas se declaravam femininas, buscando se distanciar desses estereótipos. A imprensa reforçava tais narrativas, muitas vezes explorando a imagem das esportistas. O caso do *Jornal dos Sports*, que sempre demonstrou ser favorável ao futebol de mulheres, confessa que elas deviam ganhar o espaço no esporte por sua beleza:

#### Futebol Beleza

A década de 80 parece começar sob bons augúrios para o futebol brasileiro, não só porque readquirimos o prestígio internacional que fora entregue de mão beijada a adversários menos dotados tecnicamente, mas também porque o engenho e arte dos nossos jogadores encontrou seu paralelo na beleza das mulheres que, não satisfeitas em invadir as arquibancadas, culminam sua identidade ao futebol, tornando-se também atletas.

E o "jogo para homens" é agora apenas um "slogan" dos torcedores mais velhos ou simples desculpa dos que não têm intimidade com a bola. Futebol também é para mulher bonita: quem duvidar que assista aos torneios femininos ou às exibições do Radar em campos da Espanha.

Os grossos que nos desculpem: mas beleza no futebol é fundamental. E beleza feminina, melhor ainda!<sup>34</sup>

A reportagem, embora apoiasse a inserção de meninas no futebol, ao associar essa participação à beleza feminina, reforçava de forma sutil os estereótipos impostos pela sociedade masculina, visando, no final, agradar à masculinidade.

A mídia desempenhava um papel importante na construção de estereótipos sobre o futebol feminino e um exemplo disso é a objetificação dos corpos das jogadoras. Momentos como as partidas das meninas do Radar na Espanha eram

---

<sup>33</sup> Barulho, animação e sucesso. É o time das meninas de Recife. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 27 de abril de 1980. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>34</sup> Futebol beleza. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 07 de junho de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

tratados como uma "atração", enfatizando a exposição dos corpos em vez de informações sobre a partida, local ou jogadoras (Haag, 2023). Esse enfoque deslegitimava a modalidade, pois as mulheres eram vistas como figuras estéticas e não como protagonistas no campo. Curiosamente, essa objetificação aparecia até mesmo em notícias que apoiavam a regulamentação e o desenvolvimento do futebol feminino. Desse modo, é possível afirmar que os significados construídos pela imprensa sobre o futebol de mulheres na década de 1980, em grande parte, reproduziram e reforçaram os mesmos preconceitos históricos desse esporte no Brasil (Almeida, 2023).

Por outro lado, muitas mulheres batalhavam pela regulamentação do esporte e por um espaço digno no futebol brasileiro. Em 1982, ocorreu, em São Paulo, o 1º Festival Mulheres nas Artes, que incluiu apresentações de teatro, fotografia, música e outras áreas artísticas, amplamente promovido por coletivos feministas. No encerramento do festival, antes da partida masculina entre Corinthians e São Paulo, ocorreu um jogo feminino entre as seleções de São Paulo e do Rio de Janeiro (Almeida, 2023).

A CBF tentou impedir a partida de futebol feminino, argumentando que a falta de regulamentação para a modalidade impedia jogos em campos oficiais. Contudo, jogadoras como Rose do Rio, e até membros da Democracia Corinthiana, como Sócrates e Casagrande, pressionaram para que o jogo ocorresse. A organização do evento conseguiu uma liminar, alegando que seria uma demonstração de futebol feminino e ameaçando que 5 mil feministas invadiriam o Morumbi, impedindo o jogo masculino. Diante disso, a partida foi liberada, mas não sem consequências: dias depois, a CBF reforçou a proibição de jogos femininos em estádios oficiais e o São Paulo foi multado (Haag, 2023).

Rose do Rio foi uma figura central na realização do jogo e na luta pelo reconhecimento do futebol feminino. Pioneira na modalidade, advogada e atriz, ela usava seu conhecimento jurídico para contestar a proibição, que considerava inconstitucional. Atuou no futebol de praia e de campo, destacando-se também por seu engajamento político na defesa da modalidade (Haag, 2023). Mais ao sul do Brasil, havia outra figura emblemática e pioneira, Marianita da Silva Nascimento, gaúcha de Porto Alegre, jogadora de futebol meio-campista, gremista, ativista em prol do futebol feminino e primeira capitã do Grêmio FBPA de 1980.

Marianita, considerada “talvez a jogadora mais famosa do estado”<sup>35</sup>, foi a responsável por formar o primeiro time feminino do Grêmio em 1980, a convite do então presidente Hélio Dourado. Desde criança, jogava futebol com seus irmãos e já tinha uma conexão com o clube, sendo filha de Aymoré Nascimento, antigo conselheiro gremista. Em entrevista à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ela relembra que “aqui começamos a luta, e essa luta começou no Rio Grande do Sul”<sup>36</sup>, referindo-se ao longo processo de regulamentação do futebol feminino. Aos 20 anos, após uma partida no Estádio Olímpico Monumental com a equipe, ela foi chamada ao vestiário e informada de que o time deveria ser desfeito, pois, na época, mulheres eram proibidas de jogar futebol no Brasil. Segundo ela, nenhuma das jogadoras sabia dessa proibição, o que pode demonstrar que essa lei não era muito conhecida no país. A partir desse momento, Marianita deu início a uma luta com as entidades esportivas brasileiras pela legalização do futebol feminino em campos oficiais<sup>37</sup>.

A jovem jogadora de futebol é bem retratada nas páginas dos jornais gaúchos e sempre aparece como uma das figuras destaque do Grêmio e da modalidade. A *Revista Manchete*, em 1980, lembrava que este mesmo clube já havia sido pioneiro nas torcidas gays<sup>38</sup>, e que, agora, existia uma equipe feminina “cujas integrantes já jogam há dois anos e meio”<sup>39</sup> e complementava que “tudo surgiu em torno de Marianita da Silva Nascimento”<sup>40</sup>.

Diante da situação colocada ao esporte feminino, a capitã do time se interessou por pesquisar a legislação que proibia as mulheres de jogarem futebol ainda em 1980, juntamente com o vereador de Porto Alegre Valdir Fraga (PDT), “pessoa incansável”<sup>41</sup>

---

<sup>35</sup> A habilidosa Marianita. Revista Gool, nº 4, Porto Alegre. Outubro de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>36</sup> Faça a diferença – futebol feminino. Assembleia Legislativa - RS. Youtube. 22 de julho de 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9qosgOrmaNQ&ab\\_channel=AssembleiaLegislativa-RS](https://www.youtube.com/watch?v=9qosgOrmaNQ&ab_channel=AssembleiaLegislativa-RS) Acesso em: outubro de 2024.

<sup>37</sup> Marianita da Silva Nascimento. Museu do Futebol. <https://museudofutebol.org.br/crfb/personalidades/781760/> Acesso em: outubro de 2024.

<sup>38</sup> A torcida organizada gremista Coligay, criada em 1977 e com seu fim em 1983, foi a primeira torcida autodeclarada gay do Brasil, integrada apenas por homossexuais.

<sup>39</sup> Isso demonstra que jogavam antes da legalização de 1979.

<sup>40</sup> Em foco: Marianita. “As gaúchas estão com a bola toda”. Revista Manchete, nº 1492, p. 28. Porto Alegre. 1980. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>41</sup> Faça a diferença – futebol feminino. Assembleia Legislativa - RS. Youtube. 22 de julho de 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9qosgOrmaNQ&ab\\_channel=AssembleiaLegislativa-RS](https://www.youtube.com/watch?v=9qosgOrmaNQ&ab_channel=AssembleiaLegislativa-RS) Acesso em: outubro de 2024.

em colaborar na luta pela regulamentação. O vereador levou o assunto à Câmara do município, que concluiu não ter nada de ilegal na prática do futebol pelas mulheres<sup>42</sup>.

Para Marianita,

[...] não há base legal para impedi-las. Namorada de Leandro, meia-esquerda do Grêmio, Marianita fala que há uma imagem distorcida quanto à feminilidade:

“Se a mulher não vai cabelereiro, dizem que não é feminina.”

E ela, que usa vestido e saia “coisa mais normal” – como diz – pede encarecidamente que as pessoas “conheçam ou enxerguem o futebol feminino como uma prática normal, como qualquer outro esporte”.

Para que isso aconteça, Marianita admite que será necessária uma ação judicial em defesa das jogadoras, para que se estabeleça jurisprudência sobre o assunto. Por enquanto, as jogadoras são amadoras. E como tal não podem receber salário por uma atividade que tende a crescer e a se impor, seja como espetáculo isolado, seja como atração preliminar nos jogos mais importantes. *Sérgio Matos*.<sup>43</sup>

Na reportagem mencionada, a *Revista Manchete* parece concordar com as declarações de Marianita. No entanto, é evidente o uso de atributos binários ao abordar o futebol feminino, uma prática comum na mídia brasileira ao tratar desse tema. Quanto à ação judicial citada acima, foi possível observar, nos demais jornais<sup>44</sup> disponibilizados pelo museu do Grêmio, que foi a partir da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) que a pauta da regulamentação foi trazida e questionada no âmbito institucional, confrontando a má estruturação da deliberação nº 10/79.

A FGF criou, em 1982, uma comissão para apresentar “estudos ao anteprojeto para a elaboração do regulamento à prática oficial de futebol feminino no Brasil”<sup>45</sup>. Segundo o *Correio do Povo*, a iniciativa é “considerada pioneira da FGF, que está recolhendo o máximo de subsídios, em atendimento a uma solicitação feita pela CBF”.<sup>46</sup> A comissão foi formada por Valdir Etchart, Rudi Auler, Luiz Torres, José Mocelin, Sílvio Oliveira e Vilson Bagatini. “Marianita Nascimento, atleta que preside a

---

<sup>42</sup> Marianita. Mulher, bonita e goleadora, sim senhor. ZH Esportes, p. 44. Porto Alegre. 22 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>43</sup> Em foco: Marianita. “As gaúchas estão com a bola toda”. Revista Manchete, nº 1492, p. 28. Porto Alegre. 1980. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>44</sup> Correio do Povo de 14 de agosto de 1982; Zero Hora de 16 de agosto de 1982 e de 09 de setembro de 1982; Diário de Pernambuco de 29 de dezembro de 1982; Correio Brasiliense de 02 de janeiro de 1983; Jornal do Brasil de 31 de março de 1983; Jornal de Caxias de 04 de abril de 1983; Pioneiro de 02 de abril de 1983;

<sup>45</sup> Futebol Feminino já está na pauta da FGF. Correio do Povo, p. 16. Porto Alegre. 14 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>46</sup> Ibidem.

Liga de Futebol Feminino de Porto Alegre, integra esta Comissão, que terá dois novos membros”.<sup>47</sup>

Segundo o *Diário de Pernambuco* de 1982, a FGF decidiu criar o grupo de estudos para a elaboração do anteprojeto porque as mulheres gaúchas não se conformaram com a proibição de jogos em campos oficiais e solicitaram, mais de uma vez, a João Giugliani Filho, presidente da federação, para que pudessem jogar em estádios como o Beira Rio e o Olímpico. “Somente em Porto Alegre existem 30 times de mulheres, enquanto em todo o Estado esse número cresce para mais de 100<sup>48</sup>.”

Durante cinco meses, a comissão realizou 10 reuniões para pesquisar aspectos na prática feminina nos esportes. A comissão contava com um médico-traumatologista, um jurista, o diretor do Departamento de Árbitros, dois assessores e três preparadores físicos<sup>49</sup>. O médico Paulo Eichemberg preparou o questionário que foi distribuído por Marianita para cinquenta atletas gaúchas<sup>50</sup>. O questionário era composto de 40 perguntas a respeito dos efeitos da prática de futebol durante o ciclo menstrual, algumas dificuldades enfrentadas e sobre o peso dos equipamentos utilizados em jogo, etc. De acordo com o estudo,

[...] mulheres devem utilizar dispositivos de proteção, como calções especiais, chuteiras sem travas ponteadas e sutiãs especiais, visando a proteger os seios. Recomenda, ainda, que seja expressamente proibido conduzir a bola com o peito e que o período de duração das partidas seja inferior ao do futebol masculino.

O artigo quinto do anteprojeto, por exemplo, estabelece uma série de quesitos que consideram alguns fatores essenciais para a prática do futebol feminino. Entre elas, a circunferência, peso e pressão da bola.

Segundo Valtair Santos, a regulamentação do futebol feminino impedirá uma série de abusos que são verificados atualmente: Uma das moças, presidente de liga, disse que seu time era vítima de explorações por parte de empresários em excursões que realizam para receber apenas as passagens e a hospedagem.<sup>51</sup>

As novas regras estabelecidas para a modalidade revelam um viés sexista ao reduzir o tempo das partidas, proibir o domínio de bola no peito e modificar a

---

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> Gaúchos com anteprojeto visando o futebol feminino. *Diário de Pernambuco*. Recife. 29 de dezembro de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> Futebol feminino. *Zero Hora*, p. 46. Porto Alegre. 09 de setembro de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>51</sup> Gaúchos com anteprojeto visando o futebol feminino. *Diário de Pernambuco*. Recife. 29 de dezembro de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

circunferência da bola. Isso sugere que as mulheres teriam menos resistência física que os homens em campo. A restrição quanto a receber a bola no peito pode ser interpretada como uma limitação ligada à sexualidade feminina e ao papel tradicional associado à amamentação. Já a tentativa de reduzir a exploração por parte dos empresários faz sentido, pois, sem regulamentação, era difícil implementar uma fiscalização efetiva.

A jornalista Irede Cardoso, da *Folha de São Paulo*, ironizava os estudos feitos pela FGF que, para ela, rediscutiam “a fragilidade feminina ou o descontrole emocional tão comumente disseminado como próprio da natureza feminina” (Capucim, 2015). Na realidade, a mulher descrita pela jornalista, “pelo contrário, superava a fragilidade, atuava “à revelia” da “sociedade atrasada”, agindo sob seus impulsos e, por isso mesmo, deveria também jogar futebol” (Capucim, 2015).

Há muito se solicitava a FIFA, CBF e CND a regulamentação. O general César Montagna, presidente do CND, afirmava que só iria reconhecer a modalidade oficialmente após a CBF se filiar a FIFA<sup>52</sup>. João Havelange, então presidente da FIFA, dizia ser favorável à regulamentação do esporte e ainda defendia um Campeonato Mundial de Futebol Feminino. Mesmo que Havelange demonstrasse apoio às mulheres, a CBF continuava a proibir jogos em campos oficiais. A Confederação Brasileira de Futebol proibiu, em 1982, uma partida entre o Radar (RJ) e a “seleção de Porto Alegre”<sup>53</sup>, na preliminar de Corinthians x Santos no Pacaembu. Segundo Eurico Lira, presidente do Radar na década de 1980, as meninas ficaram extremamente decepcionadas com essa decisão, pois elas vinham enfrentando uma “série de dificuldades para garantir o direito de praticar um esporte que apenas no Brasil continua sendo um privilégio dos homens”<sup>54</sup>.

Mesmo com a promessa de João Havelange de realizar a Copa do Mundo Feminina em 1983, ela só foi ocorrer em 1991. Por muito tempo, a Federação Internacional de Futebol Associado manteve uma postura de descaso com a modalidade feminina. De maneira muito assertiva, Fernanda Haag (2023) constatou, em sua análise, que a entidade só se mobilizou no final da década de 1980 porque

---

<sup>52</sup> Havelange e o futebol feminino. *Correio do Povo*, p. 16. Porto Alegre. 30 de julho de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>53</sup> Decepção. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro. 20 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

ficou receosa de que alguma outra entidade pudesse organizar o futebol de mulheres e, assim, perderia seu monopólio. Conforme a historiadora,

A entidade máxima do futebol por muitas décadas negligenciou e até mesmo desencorajou a participação das mulheres no esporte. Tal posicionamento se transforma a partir da realização dos Campeonatos Mundiais de Futebol ocorridos em 1970, na Itália, com apoio da Federação Internacional do Futebol Europeu Feminino (FIEFF), e em 1971, no México, aproveitando a estrutura da Copa do Mundo dos homens do ano anterior e organizada pela Associação Mexicana de Futebol Feminino. Ambos não tiveram a chancela da FIFA, o que deixou os dirigentes da entidade receosos com a possível força política e econômica das mulheres em se organizar paralelamente. A partir de então há uma mobilização para trazer o futebol de mulheres para dentro da organização. É muito mais uma preocupação em manter o seu monopólio e menos com o desenvolvimento da prática pelas mulheres. O mesmo ocorre por exemplo, com o futebol de salão (Haag, 2023, p. 78)

Foi a partir desse momento que a regulamentação foi aceita e entrou em vigor em 1983, mesmo que de forma sexista. Para muitas mulheres, essas novas regras representaram, ainda assim, uma conquista feminina. As pressões e mobilizações realizadas trouxeram resultados e impulsionaram uma mudança no discurso dos dirigentes esportivos, que passaram a apoiar a regulamentação (Haag, 2023).

A luta pela regulamentação se espalhou por diversos estados brasileiros. O 1º Festival Mulheres nas Artes foi tão crucial quanto a iniciativa da FGF com seu anteprojeto controverso. A viagem do time Radar à Espanha também teve um impacto significativo nessa causa<sup>55</sup>, assim como a atuação de mulheres na política, especialmente da senadora Heloneida Studart (MDB) e da deputada Bete Mendes (PT)<sup>56</sup>, além de parte da mídia, que apoiava, mesmo que de maneira questionável, o futebol feminino<sup>57</sup>. São muitas as histórias ainda não reconhecidas por todo o território brasileiro que desempenharam papel importante para a regulamentação.

Enfim, a deliberação é publicada em 25 de março de 1983:

Deliberação CND nº 01/83 - DISPÕE SOBRE NORMAS BÁSICAS PARA A PRÁTICA DE FUTEBOL FEMININO

O CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975 e pelo Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977 e, CONSIDERANDO o inequívoco interesse

---

<sup>55</sup> Afirmativa com base no Jornal dos Sports nº 16457, p. 14 de 28 de março de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt e em entrevista de Marianita Nascimento para a Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9qosgOrmaNQ&ab\\_channel=AssembleiaLegislativa-RS](https://www.youtube.com/watch?v=9qosgOrmaNQ&ab_channel=AssembleiaLegislativa-RS)  
Acesso em: outubro de 2024.

<sup>56</sup> HAAG. Fernanda Ribeiro. p. 84 e 85. 2023.

<sup>57</sup> Citado acima neste trabalho, alguns jornais, como o Jornal dos Sports, apoiavam o futebol feminino, mas reforçavam estereótipos machistas da sociedade patriarcal.

das mulheres, no Brasil em praticar futebol de campo; CONSIDERANDO que no exterior, principalmente na Europa, na área da jurisdição da UEFA, já existe regulamento próprio para a prática de futebol pelas mulheres; CONSIDERANDO, ainda que a FIFA, diante do inegável interesse que o futebol feminino vem despertando no mundo inteiro, constituiu uma comissão para estudar e organizar o futebol feminino; CONSIDERANDO, finalmente, que os estudos realizados sobre o assunto recomendam a expedição, em caráter experimental de normas básicas que deverão reger a prática do futebol no país, pelas mulheres, a exemplo das normas baixadas pela UEFA e acolhidas pela FIFA; RESOLVE:

Art. 1º - O futebol feminino poderá ser praticado nos Estados, nos Municípios, no Distrito Federal e nos Territórios, sob a direção das Federações e Ligas do desporto comunitário, cabendo à Confederação Brasileira de Futebol a direção no âmbito nacional

§ 1º - A prática do futebol feminino far-se-á em duas categorias: a) JUVENIL - de 14 até 18 anos; b) ADULTO - acima de 18 anos

§ 2º - Poderão participar na categoria juvenil as atletas que tenham atingido, no ano da competição, o limite-máximo de 18 anos de idade

§ 3º - Ao completar o limite máximo de idade, na categoria JUVENIL (18 anos), no ano seguinte, a atleta, automaticamente, passará a pertencer à categoria ADULTO

§ 4º - Não será permitido que as equipes femininas joguem contra equipes masculinas, não sendo, também, permitida a constituição de equipes mistas

Art. 2º - Só poderão participar de competições, campeonatos, torneios, ou partida, ainda que como simples exibição, com ingresso pago, as associações desportivas filiadas as ligas ou federações

Art. 3º - É vedada, no futebol feminino, a prática do profissionalismo, até que a mesma seja regulamentada por lei

Art. 4º - As partidas de futebol feminino serão disputadas de acordo com as leis do jogo promulgadas pelo "*International Foot-Ball Association Board*", observadas as exceções a seguir enumeradas: a) o campo de jogo, de forma retangular, não deverá exceder de 110x75 metros, recomendando-se, porém, a utilização de campos de 90x64 metros; b) a bola a ser utilizada, de número 04 (quatro), deverá ter, no máximo, 66cm e, no mínimo, 62cm de circunferência, devendo o seu peso oscilar entre 340 e 390 gramas; c) cada partida deverá ter a duração de 70 (setenta) minutos, divididos em dois tempos de 35 (trinta e cinco) minutos, separados por intervalo que não poderá ser inferior a 15 (quinze), nem superior a 20 (vinte) minutos

Art. 5º - Nas partidas oficiais serão admitidas 02 (duas) substituições, além de substituição da jogadora que, inicialmente, ocupar o gol

§ 1º - Nas partidas amistosas poderão ser feitas até 05 (cinco) substituições, desde que as equipes disputantes se ponham de acordo quanto a esse limite e que os termos desse acordo sejam comunicados ao árbitro antes do início da partida

§ 2º - As substituições poderão ser feitas em qualquer momento da partida, inclusive nas prorrogações, quando houver.

Art. 6º - Só poderão praticar futebol as mulheres de 14 (quatorze) anos, que possuam carteira de atleta e atestado médico de sanidade física, este fornecido pela respectiva Associação

Art. 7º - As equipes e cada Associação serão constituídas de 11 (onze) atletas, numeradas de 01 (um) a 11 (onze), e de 05 (cinco) reservas ou

substitutas, numeradas de 12 (doze) a 16 (dezesesseis), com condição de jogo na data da partida

Art. 8º - Aplicam-se ao futebol feminino as disposições do Código Brasileiro Disciplinar do Futebol (CBDF) e, no que couber, as demais disposições normativas emanadas do Conselho Nacional de Desportos (CND) e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para o futebol masculino

Art. 9º - Os regulamentos das competições deverão se aprovados pelo poder competente da liga, federação ou pela Diretoria da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) conforme for o caso

Art. 10º - As competições internacionais de futebol feminino, no Brasil ou a participação de equipe brasileira no exterior, dependerão de prévia autorização do Conselho Nacional de Desportos, obedecidas as prescrições desta Deliberação

Art. 11º - As jogadoras não poderão usar calçados que tenham travas de metal, travas pontiagudas ou que possam representar perigo para as outras jogadoras

Art. 12º - Nas competições do futebol feminino terão aplicação a Deliberação nº 14/81-CND e RDI 7/82-CBF

Art. 13º - A presente Deliberação entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário

SALA DAS SESSÕES. 25 de março de 1983. CESAR MONTAGNA DE SOUZA - Presidente do CND<sup>58</sup>

A deliberação foi publicada no Diário Oficial da União apenas dia 11 de abril de 1983.

Essa deliberação de 1983, que estabelece normas básicas para o futebol feminino no Brasil, reflete uma abordagem reguladora que, apesar de responder ao crescente “inequívoco” interesse das mulheres pelo esporte, incorpora restrições que podem ser vistas como paternalistas e limitadoras. Criticamente, ela evidencia a maneira como o futebol feminino foi tratado de forma diferenciada e menos favorecida em relação ao futebol masculino, colocando barreiras que iam desde a limitação de idade até a vedação ao profissionalismo. Ao mencionar o regulamento da UEFA, fica claro que o objetivo não era promover o avanço do futebol feminino de forma independente, mas apenas seguir decisões tomadas por outras entidades, sem uma perspectiva realmente progressista.

Vários dos artigos estabelecem condições que parecem subestimar a capacidade física e organizacional das mulheres no esporte. Por exemplo, o Art. 4º impõe um tempo de jogo reduzido (70 minutos em vez dos 90 convencionais) e prevê

---

<sup>58</sup> Página 58 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 11 de abril de 1983. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3311099/pg-58-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-04-1983> Acesso em: novembro de 2024.

o uso de uma bola menor, implicando que as mulheres precisariam de uma versão "adaptada" do jogo. Esse tipo de regulamentação poderia ser interpretado como subestimação das atletas e, hoje, seria visto como discriminatório.

Outro ponto crítico é o Art. 3º, que proíbe a prática do profissionalismo até que houvesse regulamentação específica, o que retardou o desenvolvimento do futebol feminino como uma carreira viável no Brasil. Ao impedir que as mulheres se profissionalizassem no esporte, essa norma contribuiu para uma estagnação da modalidade, limitando oportunidades de investimento, visibilidade e desenvolvimento técnico e estratégico que são fundamentais para o avanço de qualquer esporte.

Em suma, a Deliberação CND nº 01/83, enquanto permitiu formalmente a prática do futebol feminino, o fez de maneira restritiva e com preconceitos de gênero implícitos, revelando uma concepção limitada e, de certo modo, protetiva que retardou o desenvolvimento da modalidade no país.

Embora o futebol feminino tenha sido formalmente legalizado em 1979, a prática já era uma realidade entre mulheres que resistiram às proibições. Esse contexto revela o futebol como um ato de resistência feminina. A legalização ocorreu em um momento de redemocratização e fortalecimento do movimento feminista, mas a regulamentação oficial só foi alcançada em 1983, com intensa atuação da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e de demais mulheres em todo território brasileiro, que, juntos, pressionaram o Conselho Nacional de Desportos (CND) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

No entanto, mesmo após a regulamentação, o preconceito e as limitações institucionais persistiram, dificultando a plena inclusão das mulheres no futebol. Assim, o capítulo reforça que a trajetória do futebol feminino no Brasil é marcada tanto por conquistas quanto pela permanência de barreiras históricas que refletem as desigualdades de gênero ainda presentes no esporte.

A presença de mulheres determinadas e resilientes, como Marianita, preparou o terreno para o surgimento e a consolidação de equipes organizadas. Esse movimento de resistência informal ajudou a construir a base que permitiu a formação de times femininos oficiais no início dos anos 1980, como o primeiro time feminino do Grêmio, fortalecendo a inclusão feminina no cenário esportivo. Assim, o terceiro capítulo dará continuidade à narrativa, demonstrando como essas pioneiras abriram caminho para a institucionalização do futebol feminino em um dos clubes mais

tradicionais do país, enfrentando tanto obstáculos quanto novas oportunidades de representação.

## **CAPÍTULO 3 – O (S) PRIMEIRO (S) TIME (S) FEMININO (S) DO GRÊMIO (1980-1983)**

Este capítulo aborda a formação e os desafios enfrentados pelos primeiros times femininos de futebol do Grêmio, entre 1980 e 1983. Inicialmente, o texto destaca a busca das jogadoras por apoio e infraestrutura semelhantes aos dos times masculinos, culminando na criação do primeiro time feminino do Grêmio sob a gestão do presidente Hélio Dourado. A narrativa explora a complexa relação entre Marianita Nascimento e o clube, incluindo sua persistência em formar a equipe e os desafios enfrentados devido à falta de regulamentação do futebol feminino na época.

O capítulo também discute as dificuldades enfrentadas pelas jogadoras, como a pressão social e a falta de reconhecimento oficial, que levaram ao fim prematuro do time em 1981. Apesar disso, Marianita não desistiu e formou um segundo time, o Esporte Futebol Clube, que alcançou destaque ao participar de torneios nacionais, como o realizado na praia de Copacabana.

Além disso, o texto explora a resistência cultural e o preconceito enfrentados pelas jogadoras, tanto internamente, dentro de suas famílias, quanto externamente, pela sociedade e pela imprensa. A regulamentação do futebol feminino em 1983 é apresentada como um marco importante, mas a investigação revela que, mesmo após essa conquista, as jogadoras continuaram a enfrentar desafios significativos, como a falta de apoio estrutural e financeiro. Para este fim, foram analisados os recortes dos jornais de 1982 e 1983 disponibilizados pelo Museu do Grêmio Hermínio Bittencourt, bem como a entrevista de Marianita Nascimento concedida ao clube no ano de 2021, também disponibilizada pelo mesmo museu e acessível exclusivamente no local.

### **3.1 Foi assim que chegaram ao Grêmio**

Com o tempo, sentiram que poderiam atingir melhor nível se tivessem apoio e infraestrutura idêntica à dos profissionais homens. Foi assim que chegaram ao Grêmio, onde obtiveram vestiários, assistência médica, bolas e campo. E onde se prepara, para a *abertura* que um dia vai chegar ao futebol que jogam<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Em foco, Marianita. “As gaúchas estão com a bola toda”. Revista Manchete. Rio de Janeiro, nº 1492, de 1980, pág. 28. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

A reportagem na qual se insere a citação acima é da *Revista Manchete* de 1980 e refere-se às meninas que formavam o primeiro time feminino do Grêmio no segundo semestre de 1980, durante a gestão do presidente Hélio Dourado, em um período anterior à regulamentação da modalidade feminina.

Conforme o texto disponibilizado pelo Museu do Futebol<sup>60</sup>, Hélio Dourado teria convidado Marianita Nascimento para formar o primeiro time, algo plausível considerando sua proximidade com o clube, já que ela tinha dois familiares entre os conselheiros. Entretanto, em entrevista para o Museu do Grêmio<sup>61</sup>, Marianita relata que foi ela quem procurou o ex-presidente, por sua insistência e persistência em criar um time feminino do Grêmio, e que, provavelmente, ele aceitou por ela ser filha de Aymoré e porque sabiam que ela era uma pessoa muito organizada e responsável. Na reportagem destacada acima, da *Revista Manchete*, o texto sugere que a jogadora foi para o Grêmio “porque o noivo joga lá. E lá formou o seu time de futebol feminino, uma equipe de bom conjunto que já tem sua própria torcida, no Sul”<sup>62</sup>.

A reportagem não menciona a possibilidade de que teria ido por ser gremista e por seus familiares serem conselheiros do clube, mas atribui sentido apenas ao noivo, Leandro, antigo meia-esquerda do Grêmio.

As informações sobre o primeiro time oficial do clube são limitadas, e o acervo do museu do Grêmio conta apenas com três recortes de jornais de 1980 que abordam essa equipe.<sup>63</sup> O clube não possui documentação oficial em seus arquivos, pois, conforme o museu, o time não foi formalmente registrado por ser amador e pelo fato de o futebol feminino ainda não ser regulamentado na época.

---

<sup>60</sup> Marianita. —. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/personalidades/781760/> Acesso em: 11 nov. 2024

<sup>61</sup> NASCIMENTO, Marianita. Entrevista concedida ao Museu Hermínio Bittencourt. Porto Alegre, outubro de 2021.

<sup>62</sup> Ibidem.

<sup>63</sup> Revista Manchete, nº 1492, p. 28 e 29. 1980; Jornal do Brasil, p. 23. 12 de maio de 1980;



*Figura 3: A primeira equipe do Grêmio FBPA, formada por: (em pé, da esquerda para a direita) Sônia, Lili, Vera, Silvana, Ângela e Aninha, (agachadas, da esquerda para a direita) Breca, Macalão, Marianita, Marinilisa e Mara. CRÉDITOS: Revista Manchete, 20/11/1980. Disponível em: <https://www.gremio.net/conteudo/index/103> . Acesso em: Novembro de 2024*

As meninas que compunham o time jogaram por muito tempo juntas em times amadores. Antes deste time gremista, atuaram na Sociedade de Amigos Capão da Canoa (SACC) e depois, no Esporte Futebol Clube<sup>64</sup>. O museu também guarda em seu acervo uma medalha de julho de 1980, que indica ser de um torneio feminino realizado no Olímpico. As jogadoras participaram deste torneio quando ainda formavam o time da SACC, esse jogo fazia parte de uma das festividades de inauguração do Estádio Olímpico, “marcando o início da aproximação do grupo de atletas com o Tricolor”<sup>65</sup>.

Marianita conta que o Grêmio custeava alguns itens, como viagens, mas o cenário ainda era bastante amador, e elas enfrentavam forte pressão social<sup>66</sup>. Como

<sup>64</sup> Informações encontradas na exposição virtual Gurias de Todos os Tempos. Disponível em: [https://expo3d.emuseudoesporte.com.br/3D/gallery/index.html?gallery=96&precache&language=pt\\_BR](https://expo3d.emuseudoesporte.com.br/3D/gallery/index.html?gallery=96&precache&language=pt_BR) Acesso em: novembro de 2024.

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> Faça a diferença – futebol feminino. Assembleia Legislativa - RS. Youtube. 22 de julho de 2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9qosgOrmaNQ&ab\\_channel=AssembleiaLegislativa-RS](https://www.youtube.com/watch?v=9qosgOrmaNQ&ab_channel=AssembleiaLegislativa-RS) Acesso em: outubro de 2024.

mencionado no capítulo 2, o time teve um fim prematuro devido à deficiente legalização do esporte em 1979. Após um treino, Marianita foi chamada ao vestiário, onde lhe informaram que o time não poderia continuar, pois as mulheres estavam proibidas de jogar em campos oficiais; assim, o clube decidiu encerrar a equipe.

Segundo a exposição *Gurias de Todos os Tempos*:

Os limites impostos pelas proibições legais então vigentes não impediram que a primeira equipe gremista disputasse uma Copa Ajax de Futebol de salão, além de um amistoso contra o time de Futebol Feminino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A primeira passagem do grupo pioneiro pelo Clube foi bastante breve e as atletas foram dispensadas já no início de 1981.<sup>67</sup>

Embora a equipe tenha durado pouco tempo, as atletas participaram de alguns torneios, mas foram dispensadas em 1981. Das poucas fontes sobre a formação deste time, há uma muito interessante sobre uma equipe japonesa que foi filmar as jogadoras em Porto Alegre:

Japonês filma jogadoras

**Porto Alegre** - Uma equipe da televisão Japan News Network filmará, hoje e amanhã, jogos de futebol feminino no Grêmio, desta capital, para serem exibidos no Japão, segundo anunciou ontem o diretor do Departamento Amador do clube gaúcho, Sr. Neuro Motta.

Hoje, os japoneses filmarão um treino da equipe do Grêmio e, amanhã, filmarão um jogo contra a equipe de futebol feminino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. "Ao certo, eu não sei qual é o objetivo deles. Me ligaram a semana passada, dizendo que tinham interesse em filmar o futebol feminino e chegam amanhã (hoje) para isso", disse o Sr. Neuro Motta.

O Sr. Neuro Motta adiantou que se a atual situação do clube vencer as próximas eleições, previstas para o dia 22, o Grêmio deverá, através de seu Departamento Jurídico, tentar a legalização do futebol feminino. "Afinal, o que existe de mais em mulher jogar futebol?", concluiu o Sr. Neuro Motta.<sup>68</sup>

Chama a atenção que, antes da regulamentação, o clube tenha criado um departamento de futebol amador para mulheres, parecendo evidenciar que, na época, eles realmente desconheciam que as mulheres eram proibidas de jogar em campos oficiais. Além disso, também sublinhamos o fato de o Sr. Neuro Motta, diretor do departamento amador do Grêmio, não saber porque os japoneses estavam interessados em filmar o time feminino, do qual ele era uma figura importante. Outro ponto a se destacar é o uso da legalização do futebol feminino como propaganda para as próximas eleições do clube, como forma de promoção da chapa eleitoral. No entanto, embora Hélio Dourado tenha vencido a presidência, ele desfez o time

---

<sup>67</sup> Ibidem.

<sup>68</sup> Japonês filma jogadoras. *Jornal do Brasil*, p. 23. Rio de Janeiro. 12 de maio de 1980. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

feminino em 1981 e não tomou nenhuma medida para regulamentar a modalidade, tarefa que ficou a cargo de Marianita Nascimento e de outras mulheres pelo Brasil.

Em entrevista dada ao jornal *Zero Hora*, Marianita expõe sua decepção com a postura de Hélio Dourado: - O presidente era o Hélio Dourado e ele nos usou. Foi feita uma promoção, era época de eleição e ele acabou vencendo o Fábio Koff. Depois, nos deu um corte. Marianita não desanimou.<sup>69</sup>

A jogadora se decepcionou, mas não desanimou, como indica o texto acima da *Zero Hora* em 1982. Mesmo com o injusto término do time de 1980, Marianita criou um segundo time, derivado do Grêmio, chamado Esporte Futebol Clube, em 1982. A formação básica era composta por: Heloisa, Lilla, Vera, Mineiro e Rose; Márcia, Mara e Marianita; Nani, Elaine e Granado.<sup>70</sup> O Esporte Futebol Clube muitas vezes foi confundido com o Grêmio, pelos jornais que, até mesmo, trocavam o nome dos dois times em algumas matérias<sup>71</sup> e, segundo conta Marianita, a diferença entre os dois times era o símbolo da camiseta.<sup>72</sup>

Após o encerramento institucional do primeiro time, as jogadoras criaram a Liga do Futebol Feminino<sup>73</sup>, que tinha como presidente Marianita. A liga contava com 30 equipes e organizou o primeiro torneio gaúcho patrocinado pela empresa VASP (Viação Aérea São Paulo).<sup>74</sup>

O Esporte F.C se consagrou campeão do estado e, com isso, o time tomou outras proporções. Eurico Lira, presidente do Esporte Clube Radar, time de maior expressão do futebol feminino da época, convidou as meninas para jogarem uma partida no Rio de Janeiro:

- Outra vez, a VASP nos deu uma força, nos deu algumas passagens e fomos para o Rio. É claro que estranhamos a areia fofa de Copacabana – elas sempre treinam no Parque da Marinha – mas só perdemos para o Radar de 2 a 1, vencendo outras duas partidas, voltando para o Rio Grande do Sul como vice-campeãs.<sup>75</sup>

---

<sup>69</sup> Marianita. Mulher, bonita e goleadora, sim senhor. ZH Esportes, p. 44. Porto Alegre. 22 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>70</sup> Ibidem.

<sup>71</sup> Exemplo: Jornal dos Sports, nº 16452, p. 8 de 23 de março de 1983; Jornal dos Sports, nº 16457, p. 14 de 28 de março de 1983; Jornal dos Sports, nº 16459, p. 8 de 30 de março de 1983; Jornal do Brasil, nº 0001, p. 27 de 09 de abril de 1983.

<sup>72</sup> NASCIMENTO, Marianita. Entrevista concedida ao Museu Hermínio Bittencourt. Porto Alegre, outubro de 2021.

<sup>73</sup> Até o momento, as fontes sobre Liga do Futebol Feminino são escassas, aparecendo de forma muito breve nos jornais disponibilizados pelo Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>74</sup> Marianita. Mulher, bonita e goleadora, sim senhor. ZH Esportes, p. 44. Porto Alegre. 22 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>75</sup> Ibidem.

Na ocasião, o Radar organizou um torneio na praia de Copacabana, valendo o troféu Eurico Lyra<sup>76</sup>. Aparentemente, os times convidados para participarem dos torneios foram os que se consagraram campeões de outros torneios, como foi o caso do Esporte F.C, campeão gaúcho, o Leminho, campeão da copa Flumitur e o próprio organizador, Radar, campeão do torneio Coopertone Open.<sup>77</sup>

Vale destacar que as mulheres participaram de um torneio de futebol de areia, e não de campo. No Rio Grande do Sul, as meninas já tinham o costume de jogar na grama, mas muitas também praticavam futebol de salão.<sup>78</sup> Isso mostra que elas alternavam entre o futebol de areia, de salão e de campo, contornando as proibições da época, pois, em 1982, o futebol feminino ainda não era regulamentado. Eurico Lira pode ter escolhido organizar o torneio na areia justamente para evitar possíveis conflitos.

Marianita se destacou no torneio em Copacabana, chamando tanta atenção que Eurico Lira a convidou para viajar com o time do Radar à Espanha, onde disputariam três amistosos contra uma equipe espanhola. Os jogos foram realizados como preliminares das partidas masculinas durante a Copa do Mundo. Além de Marianita, outras três gaúchas também foram convocadas para os amistosos: Márcia, Mara Granada e Eneide.<sup>79</sup>

A delegação do Radar embarcou dia 02 de junho de 1982 para a Espanha, e disputou jogos em Madri, nos dias 06 e 09 de junho e um em Barcelona, no dia 12. As rendas das partidas foram revertidas “integralmente para as famílias dos operários espanhóis desempregados em consequência do [...] fechamento das fábricas de azeite”.<sup>80</sup>

A viagem do Radar à Espanha durante a Copa do Mundo foi um marco importante para a regulamentação do futebol feminino no Brasil. O reconhecimento das jogadoras, que participaram de partidas preliminares aos jogos masculinos e venceram todas as partidas,<sup>81</sup> foi um feito significativo que impactou positivamente

---

<sup>76</sup> Por vezes, o sobrenome de Eurico Lira é escrito com a letra Y.

<sup>77</sup> Gaúchas empatam com o Leminho e Radar dá goleada. Jornal dos Sports, nº 16139, p. 8. Rio de Janeiro. 09 de maio de 1982.

<sup>78</sup> A dura batalha pelo sucesso. Correio do Povo, p. 7. Porto Alegre. 06 de fevereiro de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>79</sup> Radar aceita convite e fará dois jogos na Espanha. Jornal dos Sports. Rio de Janeiro. 26 de maio de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Faça a diferença – futebol feminino. Assembleia Legislativa - RS. Youtube. 22 de julho de 2023. Disponível em:

essa situação. Segundo Eurico Lira, “Pelé foi convidado para dar o pontapé inicial do amistoso em Barcelona, onde ele estará assistindo a Copa do Mundo.”<sup>82</sup>

Esse evento ilustra a dimensão que a ida das jogadoras alcançou. Vale ressaltar que, apesar de o futebol feminino não ser regulamentado pelo CND, elas viajaram e jogaram em campos oficiais na Espanha, onde o futebol feminino já era permitido. A equipe do Radar fez a viagem com recursos próprios e contou com o apoio do “cônsul espanhol Ignácio Sagaz, do presidente do Clube Espanhol, Pedro Gonzalez, e do empresário Avelino Rivera, que formaram uma comissão para arrecadar fundos para o time”.<sup>83</sup>

Em entrevista concedida ao jornal *Zero Hora*, Marianita compartilhou como foi viver essa experiência, que fazia parte de seu sonho de atuar na Europa como jogadora de futebol. A atleta relata que jogaram para um público de 57 mil pessoas em Castilla e que tudo o que ela idealizava para o futebol feminino já era uma realidade na Espanha: “não tinha essa da gente só jogar alguns minutos e nas preliminares.”<sup>84</sup> Sua atuação também foi destacada pelo jornal gaúcho, que relata que a jogadora marcou 12 gols e recebeu propostas para jogar no exterior, incluindo ofertas da Fiorentina, time italiano, e de uma equipe francesa.<sup>85</sup> Mas a jogadora apresentava dúvidas em relação a novas propostas:

É que Marianita sabe que está para ser realizado um campeonato de futebol aqui no Brasil - não perde a esperança em que isso se torne uma realidade - mesmo tempo em que tem um convite (uma convocação quase oficial de Lira) para ir morar no Rio de Janeiro:

- O Radar irá viajar no final deste ano para a Ásia e África.

Não sei se vou para o Rio em definitivo, lá terei casa, emprego, salários, condições para estudar, tudo. Mas acontece que estou pensando em nossa liga. Tenho que pensar. Decidir pelo meu futuro. No fundo, tenho como certa a idéia de que jamais desistirei do futebol feminino em nenhuma situação. Pelo menos até ele ser respeitado como desejo...<sup>86</sup>

A meio-campista do Esporte F.C. demonstrava, em suas palavras e ações, um forte compromisso em conquistar o respeito para o futebol feminino e uma vontade de

---

[https://www.youtube.com/watch?v=9qosgOrmaNQ&ab\\_channel=AssembleiaLegislativa-RS](https://www.youtube.com/watch?v=9qosgOrmaNQ&ab_channel=AssembleiaLegislativa-RS)  
Acesso em: outubro de 2024.

<sup>82</sup> Meninas do Radar viajam, hoje à noite, para Madri. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro. 02 de junho de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>83</sup> Radar aceita convite e fará dois jogos na Espanha. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro. 26 de maio de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>84</sup> Marianita. *Mulher, bonita e goleadora, sim senhor*. ZH Esportes, p. 45. Porto Alegre. 22 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

realizar isso em sua cidade, Porto Alegre. Ao expressar dúvidas sobre aceitar uma oferta para se transferir para a Europa ou jogar no Radar, o time feminino mais conhecido do Brasil, e ao demonstrar preocupação com o futuro da Liga, ela mostrava seu desejo de impulsionar o futebol feminino em Porto Alegre. Sua determinação refletia um compromisso com sua comunidade local e uma resistência em lutar por respeito e reconhecimento para o futebol feminino.

Nesta mesma entrevista publicada na *Zero Hora*, o repórter José Evaristo Villalobos Neto abordou assunto sobre preconceitos e Marianita diz:

- Foi uma barra agüentar e é por isso que gosto de tocar neste assunto. Meus pais foram os primeiros a não me entenderem.

Era a tal história de haver uma festa programada e eu voltar para casa tarde, porque tinha ido jogar. Ou então, não querer sair no sábado, devido a uma partida domingo.

Marianita mora sozinha. E não nega que o futebol lhe fez agir assim: "Minha família vive bem dentro do padrão de economia brasileira e eu saí para a luta. O futebol me fez amadurecer. Me deu uma casa, um emprego, uma vontade imensa de lutar e vencer. E posso dizer hoje, com certeza, que venci. Quando fui convocada para viajar à Espanha, meus pais compreenderam que não estava brincando, que minha idéia era certa. E me deram o maior apoio".<sup>87</sup>

A resposta da jogadora aos preconceitos revela um certo grau de consciência política, especialmente quando analisa a situação econômica de sua família. Ao dizer que "saiu para a luta," ela se refere à busca pelos direitos das meninas de jogar futebol. A jogadora criticava o preconceito da sociedade em relação às mulheres no esporte e conta que seus próprios pais foram os primeiros a manifestar esse preconceito com ela. Essa consciência é reforçada em suas palavras quando afirma:

- Não serei mais ou menos mulher por estar dentro ou fora de um campo, assim resumo tudo. Além disso, é importante que as pessoas notem a diferença de um jogo de futebol entre mulheres e um de homens. O nosso é muito mais limpo, com todas as equipes se preocupando em vencer as partidas sem usar de recursos muitas vezes desleais, uma das características dos homens. Meu corpo? É, falam que a gente fica cheia de músculos e outras coisas mais. Não é verdade, eu provo isso toda vez que me fardo para entrar em campo...<sup>88</sup>

A preocupação alheia com a modificação do corpo das mulheres esportistas é bem retratada por Silvana Goellner (2021):

Ao exibirem outras feminilidades, as atletas são categorizadas como desviantes daquilo que culturalmente se prescreve e valoriza como a norma.

---

<sup>87</sup> Marianita. Mulher, bonita e goleadora, sim senhor. ZH Esportes, p. 45. Porto Alegre. 22 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>88</sup> Ibidem.

Ao gravar nas suas carnes fisicalidades não reconhecidas como delas ou ao desempenharem altos índices de performance, essas mulheres são vistas como excêntricas, isto é, que estão fora do centro, orbitam nas margens de um espaço no qual os corpos são espetacularizados considerando o triunfo de sua aparência (Goellner, 2021, p. 107).

Em agosto de 1982, o bicheiro Castor de Andrade, presidente do clube Bangu, do Rio de Janeiro, trouxe as meninas para disputarem um jogo interestadual contra o Esporte F.C no Olímpico Monumental.

Em 29 de agosto de 1982, o jornal *Zero Hora*<sup>89</sup> informou que estava ocorrendo o primeiro jogo interestadual feminino no Brasil. No entanto, essa informação não é precisa. Em uma reportagem com Marianita datada de 22 de agosto daquele ano<sup>90</sup>, já se mencionava que as jogadoras haviam disputado uma partida contra o Radar no Rio de Janeiro. Talvez o jornal quisesse afirmar que era o primeiro jogo em campo de futebol, e não em areia ou salão, mas, ainda assim, não seria possível afirmar categoricamente que foi o primeiro.

O jornal também noticiou que o evento buscava incentivar o primeiro campeonato gaúcho feminino. Porém, na entrevista da própria Marianita a *Zero Hora* do dia 22 de agosto, ela contou que foram jogar no Rio de Janeiro após vencerem um torneio local. Esse torneio foi realizado em salão? Ou em algum outro tipo de local? Seria considerado o "primeiro da categoria"<sup>91</sup> por ter sido em campo? Ou talvez o torneio não tenha tido o caráter oficial de um Campeonato Gaúcho?

Na entrevista concedida ao Museu do Grêmio<sup>92</sup>, Marianita menciona que não se recorda de um campeonato gaúcho que as tenha levado a jogar contra o Radar no torneio de Copacabana. Ela se lembra que o convite veio de Eurico Lira, após vê-las jogando no Parque Marinha. Assim, permanecem as dúvidas sobre os detalhes dessa história. O que parece certo é que houve um torneio entre times amadores gaúchos, e só depois, em setembro, foi realizado um Campeonato Gaúcho (extraoficial).

Mas, para além dessas informações, após o jogo entre Bangu e Esporte, o jornal *Zero Hora* de 30 de agosto de 1982 publicou a informação de que muitos

---

<sup>89</sup> Castor de Andrade trouxe o Bangu. *Zero Hora*, p. 50. Porto Alegre. 29 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>90</sup> Marianita. Mulher, bonita e goleadora, sim senhor. *ZH Esportes*, p. 45. Porto Alegre. 22 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

<sup>92</sup> NASCIMENTO, Marianita. Entrevista concedida ao Museu Hermínio Bittencourt. Porto Alegre, outubro de 2021.

torcedores estavam inconformados com a péssima atuação de Marianita neste amistoso:

Muitos torcedores inconformados com a péssima atuação de Marianita ontem, contra o time de futebol feminino do Bangu, no Estádio Olímpico, gritavam:

- Vai jogar, guria. Agora também só queres saber de dar entrevista na Zero Hora...<sup>93</sup>

Não é possível saber se os torcedores realmente gritaram a frase exatamente como mencionada pelo jornal. No entanto, o fato revela que havia público assistindo ao jogo das meninas. Segundo informações, cerca de mil pessoas<sup>94</sup> estavam presentes no local. A reação de frustração com o desempenho pode sugerir que o público estava atento e torcendo ativamente, como também pode indicar que xingavam por preconceito em aceitar a ideia um time feminino em campo, mas tais interpretações não podem ser comprovadas. O que está documentado é a sexualização das mulheres durante a partida:

As craques mantiveram o humor até o fim, ouvindo todas as piadas, não gostando de algumas e respondendo outras. Como a zagueira central Rata, do Bangu, que ouviu o pedido da torcida e não hesitou em tirar a camiseta. A intenção era apenas divertir-se pois estava – como todas as outras – com um colant por baixo do fardamento oficial e, de qualquer maneira, não tinha autorização de dar a camisa de presente para ninguém.<sup>95</sup>

A "diversão" da torcida masculina consistiu em pedir que uma torcedora tirasse a camiseta, e o jornal noticiou essa situação como se fosse apenas uma brincadeira. Embora isso fosse reflexo de atitudes machistas presentes fortemente na época, como podemos perceber por essa notícia, tratá-la dessa maneira revela o quão sexista foi a atitude e a situação que as jogadoras enfrentavam.

Foi por causa desta partida que o CND enviou o ofício ao Grêmio, "solicitando que sejam apurados os responsáveis pelas partidas de futebol feminino realizadas no Morumbi, em São Paulo, e no Olímpico, em Porto Alegre"<sup>96</sup>. Isto ocorreu justamente por ser setembro de 1982 e a modalidade ainda não ser aceita em campos filiados a CBF, o que nos leva a refletir sobre os motivos pelos quais o Grêmio encerrou o time

---

<sup>93</sup> Máscara. Zero Hora, p. 38. Porto Alegre. 30 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>94</sup> Gaúchas goleadas pelas cariocas no Olímpico. Zero Hora, p. 46. Porto Alegre. 30 de agosto de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Sem título. Correio do Povo. Porto Alegre, 17 de setembro de 1982, p. 16. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

feminino em 1980, enquanto permitia que equipes amadoras jogassem em seu campo. Teria Marianita conseguido essa autorização devido à relação de seus familiares com o clube?

É válido questionar por que as jogadoras podiam atuar em campo de grama com times amadores, mas o Grêmio não desejava que elas formassem uma equipe oficial do clube, ainda que a legislação da época seja um fator a ser considerado. Essa postura é controversa, pois, apesar da falta de um time feminino oficial, o clube permitia que times amadores jogassem em suas instalações.

O I Campeonato Gaúcho de Futebol Feminino não ocorreu nos gramados do Estádio Olímpico e nem do Estádio Beira-Rio, “foi disputado no campo do Colégio Estadual Cruzeiro do Sul, de gramado irregular, simplesmente porque não houve como conseguir melhor local”.<sup>97</sup> Provavelmente, com a intervenção do CND na disputa entre Esporte x Bangu, os clubes Grêmio e Internacional não aceitaram a disputa do campeonato em seus respectivos estádios.

A equipe do Pepsi-Bola (futuro time feminino do Internacional)<sup>98</sup> ganhou a primeira partida do Campeonato contra o Esporte, pelo placar de 1x0, decidido com um gol de pênalti. Nas páginas da *ZH Esportes* o jogo foi muito bem relatado, com comentários sobre as técnicas do jogo e dos acontecimentos em campo. O pênalti de decisão da partida aconteceu nos acréscimos porque o empate não era previsto no regulamento, assim, as capitãs dos dois times foram conversar com o juiz do jogo,

Foi quando o juiz Luís Augusto Jobim interveio com a seguinte observação: "com prorrogação é mais caro, viu?". As moças fizeram que não ouviram e reiniciaram a partida. Este episódio dá uma idéia da precariedade do futebol feminino no Estado. Os dois times foram obrigados a se cotizarem nos gastos que incluía Cr\$ 1.500,00 por juiz e bandeirinha, além Cr\$ 3 mil para o campo. O trio de arbitragem da Federação foi cedido através do Sesc.

Marianita Nascimento comentou sobre as dificuldades encontradas até chegar ao final de uma competição inédita entre os gaúchos. Aliás, ela mesma admitia que havia perdido a oportunidade de entrar em contato com o presidente da FIFA, João Havelange, quando de sua visita a Porto Alegre, recentemente. O dirigente da FIFA, chegou a lamentar que o futebol feminino não esteja em grande progresso no Brasil, citando exemplos dos países europeus, com campeonatos e regulamentos próprios já há algum tempo.

- Realmente seria interessante saber do presidente da FIFA sobre a legalização do Futebol para mulheres no Brasil. Afinal tem tanta gente

---

<sup>97</sup> Pepsi-Bola ganha primeira partida. Zero Hora, p. 48. Porto Alegre, 20 de dezembro de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>98</sup> Bel e Nani, craques num time bonito. Revista Gool, nº4, p. 26. Porto Alegre. Outubro de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

achando que é exótico, enquanto em outros lugares mais avançados existe inclusive carnês anuais de competição. Uma autoridade como o representante da FIFA poderia nos esclarecer melhor e fazer com que as pessoas abandonassem a idéia de que o futebol é só para homens.

Não há data para a grande final do primeiro campeonato de futebol feminino, mas se alguém da dupla Gre-Nal se dispôr a oferecer o estádio para um sábado à tarde, nenhuma das garotas ficaria constrangida. Afinal, as cariocas quando vieram a Porto Alegre venceram as gaúchas por goleada e apresentaram um futebol de toque [...] prática no campo da Gávea, um gramado respeitável acostumado com o convívio de Zico e seus companheiros.

As meninas não fazem questão do estádio principal, apenas os campos suplementares, do Olímpico ou Beira-Rio, nada mais.

ZH Esportes, 20 de dezembro de 1982.<sup>99</sup>

O jornal se posicionou em defesa das jovens gaúchas diante do descaso do juiz, dos clubes e, de certa forma, da própria CND, já que o futebol feminino ainda não contava com regulamentação, o que favorecia essa negligência. A postura de João Havelange e da FIFA em relação à profissionalização do futebol feminino, destacada na reportagem, expõe novamente que havia o jogo de empurra entre a FIFA, a CND e a CBF sobre a legalização do esporte no Brasil. O impasse para a regulamentação continuava. A matéria também menciona a possibilidade do Grêmio ou do Internacional oferecerem seus estádios para as jogadoras, criticando o fato de elas serem relegadas a campos de má qualidade. Ao denunciar esse descaso, o jornal sugere que, para as jogadoras, qualquer campo suplementar já seria suficiente.

O Campeonato, disputado por 16 equipes, terminou com o Esporte F.C sendo campeão e o Pepsi-Bola, seu maior rival<sup>100</sup>, como vice-campeão, com um placar de 2x1 na final.<sup>101</sup>

### **3.2 Mudanças após a regulamentação de 1983**

FORÇA

ÀS

MULHERES

A ABRACE (Associação Brasileira de Cronistas Esportivos) decidiu, no congresso realizado recentemente em Florianópolis, dar todo apoio possível

---

<sup>99</sup> Pepsi-Bola ganha primeira partida. Zero Hora, p. 48. Porto Alegre, 20 de dezembro de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>100</sup> NASCIMENTO, Marianita. Entrevista concedida ao Museu Hermínio Bittencourt. Porto Alegre, outubro de 2021.

<sup>101</sup> A dura batalha pelo sucesso. Correio do Povo, p. 7. Porto Alegre. 06 de fevereiro de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

ao futebol feminino, através de reportagens, esclarecimentos e campanhas de conscientização. O anteprojeto da Federação Gaúcha de Futebol sobre o assunto será encaminhado aos cronistas esportivos de todo o Brasil, além de cópias xerox da ampla reportagem, sobre o assunto, publicada no dia 25 de dezembro de 1982 no Caderno de Esportes do CP.<sup>102</sup>

Em janeiro de 1983, o jornal *Correio do Povo* publicou notícia sobre a decisão da Associação Brasileira de Cronistas Esportivos de apoiar o futebol feminino ainda antes da regulamentação da modalidade, o que parece indicar, que, de fato, a prática deste esporte estava crescendo entre as mulheres.

Em fevereiro do mesmo ano, o jornal lançou uma matéria sobre as jogadoras do Pepsi-Bola e a sua “dura batalha pelo sucesso”<sup>103</sup>. O texto destacava o desejo das atletas de praticar um futebol regulamentado, com o anseio de “jogar futebol como qualquer homem, sem qualquer discriminação”<sup>104</sup>. A reportagem também relatava a viagem do time ao Rio de Janeiro, custeada pelas próprias jogadoras, que fizeram “verdadeiros sacrifícios” e que “lutaram para conseguir dinheiro e cumpriram com a missão de lutar pelo futebol feminino”<sup>105</sup>.

Essa narrativa evidencia como a ideia popular de que o futebol é amado exclusivamente por homens é limitada e preconceituosa. O esforço e a dedicação das mulheres nesse esporte demonstram sua determinação e paixão, desafiando a exclusão de seu gênero em um espaço cultural e historicamente dominado por homens. Contudo, vale lembrar que a cultura é uma construção social, e, portanto, passível de transformação.

Embora a mídia gaúcha tenha começado a dar apoio ao futebol feminino em suas páginas, no início de 1983 ainda não havia consenso entre os clubes sobre essa prática. Conforme os jornais de 1983, preservados pelo Museu do Grêmio – Hermínio Bittencourt, até abril daquele ano, as jogadoras do Esporte F.C. continuavam atuando por esse time. As fontes registram uma nota<sup>106</sup> datada de 07 de maio de 1983, indicando que o Grêmio formou oficialmente sua equipe feminina, um marco alcançado após a regulamentação do futebol feminino em 25 de março de 1983, cuja publicação no Diário Oficial da União ocorreu em 11 de abril do mesmo ano.

---

<sup>102</sup> Força às mulheres. *Correio do Povo*, p. 2. Porto Alegre. 16 de janeiro de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>103</sup> Pepsi-Bola ganha primeira partida. *Zero Hora*, p. 48. Porto Alegre, 20 de dezembro de 1982. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>104</sup> *Ibidem*.

<sup>105</sup> *Ibidem*.

<sup>106</sup> Sem título. *Zero Hora*, p. 44. Porto Alegre. 07 de maio de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.



*Figura 4: Na imagem, as jogadoras (em pé, da esquerda para a direita) Angela, Lacy, Ivone, Lili, Rosa e Granada, (agachadas, da esquerda para a direita) Piu, Marianita, Rosane, Aninha e Marinilsa. CRÉDITOS: Acervo da ex-jogadora Maria Aparecida Granada, 1983 / Fotógrafo desconhecido. Disponível em: <https://www.gremio.net/conteudo/index/103> Acesso em: novembro de 2024.*

Marianita compartilhou detalhes sobre o retorno do time feminino em maio de 1983, destacando seu papel fundamental nessa conquista. Ela relembra como foi bem recebida por Fábio Koff, presidente do clube na época, e menciona que tanto a estrutura quanto a receptividade melhoraram significativamente em relação ao período anterior. Durante a segunda viagem do Esporte F.C ao Rio de Janeiro, já havia comentários de que elas representavam o Grêmio, mesmo que isso ainda não fosse oficial. O ano de 1983 marcou uma importante transformação, com maior visibilidade para o time feminino. Marianita reflete: "Poderiam ter feito mais? Certamente." Ainda assim, ela reconhece que o apoio e a abertura de Fábio Koff para a retomada do futebol feminino foram um passo importante.<sup>107</sup>

A segunda viagem das meninas do Esporte para o Rio de Janeiro teve como objetivo participar do I Torneio Brasileiro de Clubes Campeões do futebol

---

<sup>107</sup> NASCIMENTO, Marianita. Entrevista concedida ao Museu Hermínio Bittencourt. Porto Alegre, outubro de 2021.

feminino, promovido pelo Radar-Mondaine<sup>108</sup> que iria ocorrer nos dias 1, 2 e 3 de abril de 1983, os jogos foram “televisados para todo o Brasil pela Rede Bandeirantes”.<sup>109</sup>

É interessante observar que a transmissão desse torneio na televisão representa um marco importante. Apesar de se tratar de um torneio de futebol de areia, a Rede Bandeirantes aceitou exibi-lo, o que indica a existência de um público interessado e o crescimento significativo do futebol feminino na época, ao ponto de ser reconhecido por uma emissora. Essa realidade contrasta com o cenário atual, em que muitos jogos são transmitidos por canais no YouTube, mas ainda há pouca presença na televisão aberta.

Os estados participantes foram:

Rio Grande do Sul (Grêmio Esporte Clube), Minas Gerais (Esporte Clube Cruzeiro), São Paulo (Associação Desportiva da Polícia Militar) além do Esporte Clube Radar, campeão do Estado do Rio de Janeiro.

Trajano Ribeiro [secretário de esportes e turismo] mostrou-se entusiasmado com o torneio e disse de sua intenção de colaborar com o esporte e as iniciativas comunitárias. Desta forma, a Secretaria de Esportes e Turismo dará todo o apoio possível ao evento, que além de esportivo tem elevado interesse turístico, pois levará a imagem do Rio, através da Rede Bandeirantes a todos os Estados brasileiros.<sup>110</sup>

Jornal dos Sports, nº16452, p. 8. 23 de março de 1983.

O Jornal dos Sports refere-se ao Esporte como Grêmio Esporte Clube, associando os dois clubes, mesmo que o time gremista ainda não tivesse sido recriado. Trajano Ribeiro, secretário de Esporte e Turismo do Rio de Janeiro, destacou o “elevado interesse turístico” que o torneio despertaria por ser televisionado. Essa observação evidencia que, com esforço e interesse, a modalidade poderia crescer. Naquele momento, o futebol feminino estava avançando, e o secretário demonstrou uma visão bastante progressista ao reconhecer seu potencial.

O *Jornal do Brasil* também refere-se ao time Esporte de outra maneira, nesse caso, apenas como Grêmio.

---

<sup>108</sup> O Esporte Clube Radar passa a se chamar Radar-Mondaine, por conta de seu novo patrocinador, Relógios Mondaine.

<sup>109</sup> Radar-Mondaine reúne os campeões. Jornal dos Sports, nº 16440, p. 10. Rio de Janeiro. 11 de março de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>110</sup> Secretário de esportes apóia brasileiro feminino. Jornal dos Sports, nº 16452, p. 8. Rio de Janeiro. 23 de março de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.



Figura 5: Propaganda no Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 09 de abril de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

O torneio foi adiado para os dias 9 e 10 de abril, “devido as dificuldades para reserva nos hotéis das delegações visitantes, em função dos feriados da Semana Santa”<sup>111</sup>. Isto não pareceu ser um problema, pois “certamente atrairão para a praia de Copacabana uma assistência superior a 10 mil pessoas”.<sup>112</sup>

Durante a organização do evento, o futebol feminino foi regulamentado. De acordo com o Jornal dos Sports, que foi um grande defensor da legalização e regulamentação da modalidade, essa conquista das mulheres estava profundamente vinculada ao clube Radar:

A excursão e as vitórias do Radar, amplamente divulgadas pela imprensa em todo o Brasil, gerou um crescimento extraordinário do futebol feminino, que passou a ser notícia obrigatória em todos os Estados brasileiros, originando a criação de centenas de times para a prática do novo esporte.

#### UM PASSO A FRENTE

Promovido pelo Esporte Clube Radar com televisionamento direto para todo o Brasil pela Rede Bandeirantes, o 1º Torneio Brasileiro de Clubes

<sup>111</sup> Adiado o Brasileiro de Futebol Feminino. Jornal dos Sports, nº16459, p. 8. Rio de Janeiro. 30 de março de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>112</sup> Ibidem.

Campeões de futebol feminino é sem dúvida um grande passo para a consolidação desse esporte no país.<sup>113</sup>

Se o 1º Torneio Brasileiro de Clubes Campeões de Futebol Feminino foi, "sem dúvida, um grande passo para a consolidação desse esporte no país", nesse contexto, podemos destacar a importância do time gaúcho Esporte F.C., participante do torneio, para o fortalecimento do futebol feminino brasileiro.

Após o retorno das vice-campeãs<sup>114</sup> para o sul, o jornal *Zero Hora* do dia 15 de abril de 1983 destacou a surpresa do presidente Fábio Koff:

Grêmio no Rio

Surpresa do presidente Fábio Koff ao saber que um time gaúcho de futebol feminino jogou no Rio de Janeiro com o nome de Grêmio Futebol Porto Alegre. Koff garante que o clube não tem time feminino.<sup>115</sup>

Marianita relata que, pelo fato de terem mencionado no Rio de Janeiro que faziam parte do Grêmio, acredita que essa associação contribuiu, de forma indireta, para o retorno do time feminino do Grêmio em 1983:

Aquilo ali foi uma luz de alguém, porque podem ter perguntado para alguma menina lá e dizer: Olha, quem é essas gaúchas?

Ah, jogaram lá no Grêmio.

Ah, se jogaram no Grêmio, são jogadoras do Grêmio.<sup>116</sup>

A jogadora também esclarece que nenhuma delas declarou oficialmente, em qualquer entrevista, que eram atletas do Grêmio, ressaltando que tudo não passou de um mal-entendido. Pelo menos "acredito que não", afirmou.<sup>117</sup>

No mês seguinte ao campeonato realizado no Rio de Janeiro, em maio, as jogadoras gremistas retornaram ao clube sob a gestão de Fábio Koff, presidente que, até abril, não reconhecia oficialmente a existência de uma equipe feminina no Grêmio. Conforme mencionado anteriormente, Marianita desempenhou um papel crucial nesse retorno, já que a regulamentação que permitia a participação de mulheres em clubes filiados à CBF já havia sido estabelecida. Segundo Marianita, ela decidiu procurar Fábio Koff, com quem já tinha algum contato, acreditando que, com a

---

<sup>113</sup> Regulamentado o futebol feminino. *Jornal dos Sports*, nº 16457, p. 14. Rio de Janeiro. 28 de março de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>114</sup> Radar Mondaine se consagrou campeão pelo placar de 6x0 contra o Esporte F.C.

<sup>115</sup> Grêmio no Rio. *Zero Hora*, p. 50. Porto Alegre. 15 de abril de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>116</sup> NASCIMENTO, Marianita. Entrevista concedida ao Museu Hermínio Bittencourt. Porto Alegre, outubro de 2021.

<sup>117</sup> *Ibidem*.

mudança de presidente, talvez também houvesse uma mudança de mentalidade. Ela relata: "Se mudou o presidente, quem sabe mudou a cabeça".<sup>118</sup>

Neste retorno, com maior estrutura, as jogadoras tinham um diretor de futebol, uma sala especialmente para elas no Estádio Olímpico, "a estrutura já havia melhorado".<sup>119</sup> Fábio Koff foi muito solícito ao seu pedido, e, conforme a atleta, ele aceitou a proposta no momento, sem manobras para resolver. Além disso, ela afirma que, durante a gestão de Koff, ele demonstrou que elas pertenciam ao Grêmio.<sup>120</sup>

Todavia, em junho de 1983, o jornal gaúcho *Zero Hora* denuncia o tratamento do Grêmio com suas jogadoras.

#### TRATAMENTO

Esta foto de Valcir Friolin, feita ontem pela manhã no Estádio Olímpico, mostra as jogadoras de futebol feminino do Grêmio em treinamento. Detalhe: foi sob a chuva, sem uniforme e sem qualquer orientação de um preparador físico. Pelo visto, o futebol das mulheres só alcançou status de atividade séria no papel. Mesmo assim, as meninas se esforçaram e seguem adiante.<sup>121</sup>



Figura 5: *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 03 de junho de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

Apesar da receptividade positiva de Fábio Koff, o que representou um avanço significativo, é evidente que o descaso com o futebol feminino ainda persistia. As

<sup>118</sup> Ibidem.

<sup>119</sup> Ibidem.

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> Tratamento. *Zero hora*, p. 38. Porto Alegre. 03 de junho de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

mulheres continuavam a enfrentar tratamento desigual em relação aos homens. Embora tivessem conquistado o direito de jogar em campos oficiais e representar grandes clubes, sua atuação permanecia restrita ao âmbito amador, sem a possibilidade de se profissionalizarem. Ser jogadora de futebol ainda não era uma profissão reconhecida ou permitida para mulheres.

Foi nessa conjuntura que aconteceu o primeiro Gre-Nal feminino da história, organizado pela Federação Gaúcha de Futebol. O *Jornal Correio do Povo* argumentava “como o futebol dos homens, o feminino também inicia bem amador, vivendo muito mais da disposição das atletas que do apoio dos clubes”.<sup>122</sup> O Grêmio oferecia para as meninas

[...] assistência médica e material para treinamento e jogos e o pagamento de despesas em viagens e jogos. Além disso, nem mesmo gratificação por vitória existe, pois é tudo feito sem qualquer ônus para o clube:

- Nós estamos tentando conseguir patrocínio para o futebol feminino. Só então poderemos pensar em oferecer um pouco mais às nossas atletas, pois o futebol feminino está sendo implantado e não pode ser uma fonte de despesa, mesmo que não signifique que deva dar lucros. Ele precisa de autofinanciar.<sup>123</sup>

O trecho revela a precariedade estrutural do futebol feminino e evidencia como a lógica econômica desempenha um papel central na sua marginalização. A ausência de assistência médica adequada, materiais de treino e qualquer tipo de compensação financeira expõe a visão utilitarista predominante nos clubes: o futebol feminino é tolerado apenas se não gerar despesas e, idealmente, deveria ser autossuficiente. A fala também sugere que o valor das atletas não é reconhecido intrinsecamente, mas condicionado à obtenção de patrocínios externos. Essa abordagem reforça a ideia de que o esporte feminino não é visto como um investimento legítimo, mas como um projeto periférico, cuja sobrevivência depende de fatores externos ao clube.

O *Correio do Povo* anunciava na mesma matéria os projetos do Grêmio para o futebol de mulheres.

Entre os projetos de melhor atendimento ao futebol feminino, o Grêmio inclui uma área de treinamento junto ao Parque Náutico, com vestiários e sala de ginástica. Até agora, as garotas treinam no gramado suplementar ou no campo da escolinha, no Olímpico, utilizando nos treinamentos os vestiários destinados aos árbitros. [...]<sup>124</sup>

---

<sup>122</sup> Vem aí o Gauchão das mulheres. *Correio do Povo*. Porto Alegre. 26 de junho de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>123</sup> Vem aí o Gauchão das mulheres. *Correio do Povo*. Porto Alegre. 26 de junho de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>124</sup> *Ibidem*.

Márcia Marcelão, professora de educação física e treinadora do time naquele momento fala ao jornal sobre o que as meninas precisam enfrentar para continuar no futebol:

A atual fase do futebol feminino ainda não permite apontar destaques. O que mais vale é a disposição das garotas em praticar o esporte, vencendo barreiras e preconceitos e buscando um espaço que é importante para a mulher e para o próprio futebol, afinal, só agora legalizamos uma prática que é antiga em países adiantados.<sup>125</sup>

As preocupações das mulheres no esporte diferem significativamente das dos homens, especialmente nos aspectos culturais e sociais. Antes de se dedicarem ao desenvolvimento técnico, as meninas precisam superar barreiras e enfrentar preconceitos, lutando para conquistar um espaço legítimo para as mulheres no futebol. Além disso, é importante destacar que essas atletas não recebiam nenhum tipo de salário por sua dedicação, tornando sua trajetória ainda mais desafiadora.

No Grêmio, todas são solteiras e alguns problemas têm que ser resolvido por elas mesmas, como a bronca dos namorados quando têm que jogar aos domingos. E, com o ciclo menstrual quando tem jogo importante. Ai, precisam tomar medicamentos para adianta-lo, porque o que não admitem é ficar fora de uma partida.<sup>126</sup>

O trecho evidencia as questões pessoais e biológicas das atletas, que são transformadas em obstáculos que elas precisam gerir sozinhas. A menção ao uso de medicamentos para alterar o ciclo menstrual expõe a falta de estrutura médica adequada. Além disso, o destaque para o estado civil das atletas e as críticas dos parceiros amorosos evidencia a permanência de estereótipos de gênero. Enquanto os homens têm a prática esportiva legitimada, as mulheres ainda enfrentam cobranças sociais que desvalorizam sua participação no esporte, como se precisassem justificar seu envolvimento. Isso revela uma visão patriarcal que continua a restringir a autonomia feminina, mesmo em ambientes onde deveria prevalecer o mérito esportivo.

Sobre o Rio Grande do Sul, Marianita diz à *Revista Gool*:

- O povo gaúcho é preconceituoso, machista e por isso, de início, a minha família foi contra, pois eu não participava de outras atividades sociais para jogar [...]

- O futebol feminino precisa ser encarado com mais seriedade, não pelas atletas, mas pelo público em geral.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup> Ibidem.

<sup>126</sup> Vem aí o Gaúcho das mulheres. Correio do Povo. Porto Alegre. 26 de junho de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>127</sup> Revista Gool, nº4, p.25. Porto Alegre. Outubro de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

Vilson Bona, secretário do Grêmio e responsável pela gestão do futebol feminino amador do clube, reconhecia as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas jogadoras. No entanto, ele enfatizava que uma mudança significativa nesse cenário dependia, em grande parte, de uma maior cobertura da imprensa.

- Enfrentamos uma série de dificuldades, a começar pela falta de um campo para treinamentos. Mas a força de vontade destas meninas é impressionante e vamos superando a tudo com uma estrutura totalmente amadora. Para o futebol feminino embalar de vez só está precisando de mais cobertura da imprensa.<sup>128</sup>

Embora Vilson Bona reconheça a dedicação das jogadoras e a precariedade estrutural, sua declaração de que “só está precisando de mais cobertura da imprensa” pode soar irônica, considerando que, pouco tempo depois, o clube desfez a equipe. Essa decisão evidencia a fragilidade do apoio institucional ao futebol feminino na época, sugerindo que a menção à imprensa poderia ser uma tentativa de transferir a responsabilidade para um fator externo, desviando a atenção da falta de comprometimento dos próprios dirigentes.

A questão central levantada por essa fala é a relação de interdependência entre clubes e mídia. De um lado, os clubes precisam da imprensa para obter visibilidade, atrair patrocinadores e legitimar suas modalidades. Por outro, a imprensa depende dos clubes para ter conteúdo que interesse ao público e gere engajamento. No entanto, no caso do futebol feminino, essa troca tem historicamente sido desigual. A mídia muitas vezes só se interessa por modalidades já consolidadas, enquanto os clubes esperam que a visibilidade surja antes de investir.

No final de 1983, as gaúchas participaram de mais um clássico no Estádio Beira-Rio, quando o Internacional venceu o Grêmio por 2 a 0. O jornal *Folha da Tarde* publicou uma reportagem sobre a partida, mas, além de relatar os acontecimentos do jogo, também apresentou comentários marcadamente machistas:

“O clássico de sábado foi nervoso e agitado, a exemplo dos de profissionais. Poucos torcedores compareceram ao Beira-Rio, numa demonstração de que ainda há pouco interesse em relação ao futebol feminino. As torcidas organizadas Raça, Garra e Torcida Jovem pelo Grêmio, Fico e Inter Grande do Sul ocupavam algum espaço das gerais com suas faixas e bandeiras enquanto que nas sociais, com o ingresso gratuito, a frequência de público era um pouco maior. Os dois times entraram em campo sob aplausos e vaias mas tiveram ainda que esperar 20 minutos pelo início da partida.

---

<sup>128</sup> Revista Gool, nº4, p.25. Porto Alegre. Outubro de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

[...] Sem a mesma vivência que o homem tem com o futebol, as atletas deixaram-se dominar pelo espírito do clássico que foi muito disputado e corrido e com poucas jogadas de boa técnica.”<sup>129</sup>

A citação extraída do Folha da Tarde revela não apenas uma visão depreciativa em relação ao futebol feminino, mas também um reflexo das barreiras culturais enfrentadas pelas mulheres no esporte durante a década de 1980. A comparação implícita com o futebol masculino, ao afirmar que as jogadoras "não têm a mesma vivência que o homem", reforça estereótipos que desvalorizam a competência técnica das atletas. Essa abordagem jornalística evidencia o preconceito de gênero ainda presente na cobertura esportiva, ao tratar o desempenho das jogadoras como algo inferior. Essa postura da imprensa não apenas refletia, mas também perpetuava a falta de apoio estrutural, deslegitimando o esforço e a dedicação das jogadoras.

O Departamento de Futebol Feminino do Grêmio foi encerrado no final de 1983, marcando, assim, o fim das atividades da equipe. O clube, entretanto, não esclarece oficialmente as razões que motivaram essa decisão. Ao ser indagada sobre os possíveis motivos, a ex-capitã Marianita Nascimento destacou que, em sua percepção, a causa foi a mesma que levou ao fechamento da equipe em 1981: “política”<sup>130</sup>. Essa declaração sugere que fatores externos ao desempenho esportivo, possivelmente relacionados ao contexto sociopolítico ou à gestão interna do clube, desempenharam um papel crucial no encerramento do projeto.

“Com todo respeito, eu amo esse clube, sou gremista, mas a gente tem bastante gente conservadora aqui dentro, né. Então, às vezes, chama ali, olha... deu, deixa ir... fizeram a sua parte, né? O Grêmio também fez a parte dele.”<sup>131</sup>

A ex-jogadora relata que, ao analisar os dois primeiros times femininos do Grêmio, sentiu-se realizada por ter alcançado um sonho, um objetivo que traçara há muito tempo. Em entrevista concedida ao museu do Grêmio, emocionou-se ao relembrar os desafios enfrentados, destacando que exigiram enorme dedicação. Ela enfatizou que sua luta não foi apenas por si mesma, mas por todas as meninas que, mesmo em silêncio, demonstravam o desejo de jogar, de serem reconhecidas e de praticar o esporte. “Eu via elas gritando, sem elas dizerem, eu quero jogar, eu quero

---

<sup>129</sup> Gre-nal Feminino. Folha da Tarde. Porto Alegre. 21 de novembro de 1983. Acervo: Museu Hermínio Bittencourt.

<sup>130</sup> NASCIMENTO, Marianita. Entrevista concedida ao Museu Hermínio Bittencourt. Porto Alegre, outubro de 2021.

<sup>131</sup> Ibidem.

ser reconhecida, eu quero fazer esse desporto, e eu vi que eu era uma bandeira nisso”<sup>132</sup>. No entanto, a ex-atleta também expressou uma de suas maiores tristezas: a falta de reconhecimento, complementando com desabafo e reflexão sobre o tema.

“[...] a história, ela existe, e a gente não tem como arrancar a história, quem fez parte da história tem o meu respeito, tem o meu agradecimento, e se eu volto lá em 1930, se Getúlio Vargas fez aquela lei que proibia as mulheres de jogar [...] é porque alguma mulher em 1930 tentou jogar, ninguém vai criar uma lei sem ter tido algum motivo. Então o meu agradecimento também, apesar de não ser nascida, não estar nascida nessa época, também vem daquelas mulheres, vem de toda essa trajetória que não foi pequena, de todas essas pessoas que... eu ainda tive a luz de me enxergarem, de me verem e saber que eu existo, mas quantas a gente não ficou sabendo? Quantas jogavam? Quantas fizeram? Então, hoje eu digo isso e assino embaixo: eu posso ser um marco no Grêmio, até posso, mas não sou eu, gente. Quem vem atrás de mim, quem esteve comigo e quem está hoje.”<sup>133</sup>

A fala da ex-jogadora reflete um grau de consciência histórica e um reconhecimento das mulheres que, mesmo invisibilizadas, abriram caminho para a prática do futebol feminino. Ela destaca a impossibilidade de apagar a história, afirmando que todos os que contribuíram para essa trajetória merecem respeito e gratidão. Ao mencionar a lei de 1941<sup>134</sup>, criada durante o governo de Getúlio Vargas para proibir mulheres de jogar futebol, a ex-jogadora sublinha um ponto crucial: leis repressivas surgem como resposta a atos de resistência.

Seu discurso enfatiza que a luta pelo direito de jogar futebol não é individual, mas coletiva. Embora reconheça que sua trajetória possa ser um marco no Grêmio, ela ressalta que sua conquista é apenas parte de um processo histórico mais amplo, que inclui as pioneiras invisibilizadas e as futuras gerações. A fala também convida à reflexão sobre quantas histórias permaneceram não contadas, questionando a ausência de reconhecimento para aquelas que abriram os primeiros caminhos, invisíveis para a sociedade, mas fundamentais para as conquistas atuais.

O objetivo deste capítulo foi historicizar os primeiros times femininos do Grêmio, explicando por que esses três times eram, na verdade, quase um só, já que as jogadoras eram praticamente as mesmas. Motivadas pelo amor ao esporte, as mulheres criaram o Esporte F.C. para dar continuidade à sua prática esportiva. Além de recuperar essa história, o intuito foi compreender o vai e vem do time feminino no Grêmio, destacando o papel fundamental de Marianita Nascimento, que foi uma figura

---

<sup>132</sup> Ibidem.

<sup>133</sup> Ibidem.

<sup>134</sup> Embora Marianita mencione “1930” de forma incorreta, sua intenção é referir-se ao ano de 1941.

chave para a construção dessa trajetória. Sua atuação como ativista do futebol feminino foi evidenciada, principalmente por seu destaque nos materiais disponíveis no Museu do Grêmio.

O capítulo também teve como objetivo construir a história desse time, tão pouco conhecido entre os gremistas, e mostrar o quanto as mulheres tiveram que lutar para poder fazer o que amam, enfrentando barreiras sociais e institucionais para praticar o esporte que as apaixonava. O relato culmina com a reflexão de Marianita sobre a importância de sua luta e o legado para futuras gerações de atletas femininas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Siqueira (2008), em seu artigo “Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero”, sinaliza que, para Scott, como já se sabe, as relações são construídas socialmente, porém, isso por si só não explica nossa estrutura patriarcal. Assim, a historiadora norte-americana liga as construções sociais com a noção de poder.

Desta forma, o gênero seria a resposta para um estudo das diferenças, para compreender como se dá a manipulação das relações de poder e das disputas políticas.

Quanto à relação de poder, devemos considerar veementemente o acirramento da desigualdade sexual como resposta a uma separação gigantesca entre a esfera pública (destinada aos homens) e a esfera privada (destinada às mulheres) (PERROT, 2005).

Diana Mendes Machado (2010), ao escrever sobre História Social do Futebol, pondera que é muito comum termos museus com forte cunho memorialista e que estabelecem uma linha cronológica da história do futebol. Isto acaba ignorando outras “dimensões da vida” (p. 3) e vai afastando e desviando o futebol de seu caráter “explicativo de abrangência sócio-cultural”, reservando esta história apenas a esportistas, normalmente homens.

Logo, por estes espaços da memória contemplarem majoritariamente corpos masculinos e não femininos, a pesquisadora Silvana Goellner (2021), em seu artigo *Corpos, Gêneros e Sexualidades*, ao comentar sobre o livro de David Le Breton, *Sociologia do Corpo*, argumenta: “não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem [o corpo], mas fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem” (p. 104). A maior representatividade masculina nos espaços públicos está relacionada a estes significados culturais e sociais que atribuímos aos homens.

A participação feminina em campo ou na arquibancada subverte tal ordem patriarcal, pois, sendo o futebol um espaço masculino, isto gera um desequilíbrio nesta ordem, fazendo com que as reações que advêm deste espaço expressem muito bem as relações de gênero presentes em cada sociedade: “quanto mais machista, ou sexista, ela for, mais exacerbadas as suas réplicas” (Franzini, 2005, p. 316).

Outra problemática observada por Perrot (2005), Scott (1995)<sup>135</sup> e Goellner (2007) é a ideia do “gênero universal mulher”. Nesta concepção, a “mulher” seria como um ser único, que não disporia de particularidades, que foram esquecidas no âmbito do espaço privado. Seria como se não houvesse pluralidade e diversidade entre as mulheres e como se não houvesse diferentes formas para abordarmos suas histórias. De acordo com Perrot (2005),

[...] fala-se pouco delas e ainda menos caso quem faça o relato seja um homem que se acomoda com uma costumeira ausência, serve-se de um masculino universal, de estereótipos globalizantes ou da suposta unicidade de um gênero: A MULHER. [...] As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra o bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam [...] (Perrot, 2005, p. 11)

Conforme Perrot, as fontes são outro exemplo de opacidade e muitas vezes inexistem para as mulheres: “Assim, a matéria que constitui as fontes integra a desigualdade sexual e a marginalização ou desvalorização das atividades femininas” (idem, p.12).

Isto não é diferente no mundo futebolístico. A procura por fontes não é fácil. No arquivo do Grêmio FBPA, por exemplo, há alguns recortes de periódicos, exemplares da revista Placar e poucas fontes tridimensionais para fazer pesquisa. O museu do clube, Hermínio Bittencourt, em sua exposição física, possui apenas um *standart* voltado ao time feminino, em contraponto a toda uma expografia masculina, de campeões. Dito isso, museus e arquivos “devem ser analisados até na forma sexuada de seu abastecimento” (Perrot, p. 12). Na tese de doutorado de Fernanda Haag (2023), ela ainda complementa que “as mulheres foram incluídas na história, mas apenas como um adendo à História Geral, não modificando a forma como essa história era construída” (p. 23).

Como já mencionado acima, a narrativa histórica tradicional dá pouco espaço para as mulheres, justamente porque privilegia o espaço público destinado aos homens. Isso resulta em um déficit nos registros primários, justamente porque quem os gerava, não se importava em incluir a vida feminina. Recorrendo novamente a Perrot (2005), esta afirma que

Se o fazem, quando observam a presença feminina em uma manifestação ou reunião, recorrem aos estereótipos mais conhecidos: mulheres vociferantes,

---

<sup>135</sup> Apud GOELLNER, 2007, p. 186

meigas, a partir do momento em que abrem a boca, histéricas, assim que começam a gesticular (PERROT, 2005, p. 33).

Isto posto, este trabalho teve como objetivo compreender a criação dos primeiros times femininos do Grêmio e a atuação de Marianita da Silva Nascimento, ex-jogadora e capitã, para preencher uma lacuna na história do futebol feminino. Tanto a trajetória do time quanto a de Marianita são pouco conhecidas, especialmente se comparadas à visibilidade conferida a figuras masculinas no futebol. Marianita, ao lado de outras pessoas, liderou a formação do time e a luta pela regulamentação do futebol feminino. Em um contexto em que as histórias de mulheres no esporte são frequentemente invisibilizadas e as monografias sobre times femininos são raras, este trabalho se destaca. Por meio da análise de fontes disponibilizadas pelo Museu do Grêmio, recortes de periódicos e entrevistas, buscou-se reconstruir, mesmo que de maneira breve, a trajetória desse time pioneiro e o papel fundamental de Marianita, assim como o da Federação Gaúcha de Futebol (FGF), no processo de regulamentação.

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos três objetivos específicos. O primeiro foi historicizar a proibição do futebol feminino no Brasil e na Inglaterra, destacando que a percepção de que as mulheres poderiam praticar esportes e expressar liberdade gerou desconfiança, desafiando as estruturas de poder, a organização social e a heteronormatividade. Essa resistência resultou na proibição da modalidade. O segundo objetivo consistiu em abordar o processo de legalização do futebol feminino no Brasil, com ênfase no Rio Grande do Sul e no papel de Marianita e da FGF. Constatou-se que, embora a legalização tenha ocorrido formalmente em 1979, a prática já era realidade para mulheres que resistiram às proibições. A regulamentação oficial, entretanto, só foi alcançada em 1983, durante um período de redemocratização e fortalecimento do movimento feminista. Mesmo após a regulamentação, preconceitos e barreiras institucionais persistiram, dificultando a plena inclusão das mulheres no esporte. Assim, reforça-se que a trajetória do futebol feminino no Brasil é marcada por conquistas e por obstáculos que refletem as desigualdades de gênero.

O terceiro objetivo focou na criação dos primeiros times femininos do Grêmio, entre 1980 e 1983, com destaque para o time formado em 1982. Foi evidenciado que,

apesar das barreiras institucionais e sociais, as mulheres encontravam maneiras de continuar jogando, seja no campo, na quadra ou na areia. Este capítulo também buscou dar visibilidade a um time desconhecido pela maioria dos torcedores gremistas, ressaltando o quanto as mulheres precisaram lutar para exercer o direito de jogar futebol. A análise do discurso de Marianita destaca a impossibilidade de apagar a história e a importância de reconhecer todos que contribuíram para essa trajetória. Ao mencionar a lei de 1941, que proibia o futebol feminino no governo Vargas, Marianita enfatiza que leis repressivas surgem como respostas a atos de resistência.

Seu discurso sublinha que a luta pelo direito de jogar não é individual, mas coletiva. Embora sua trajetória seja um marco para o Grêmio, Marianita reconhece que sua conquista é parte de um processo histórico mais amplo, que inclui as pioneiras invisibilizadas e as futuras gerações. Ela também convida à reflexão sobre as inúmeras histórias não contadas, questionando a ausência de reconhecimento das mulheres que abriram os primeiros caminhos. Conclui-se que a proibição do futebol feminino em 1941 impactou profundamente a prática do esporte pelas mulheres e que a ideia de que o futebol é um espaço exclusivamente masculino ainda persiste, devido à exclusão histórica das mulheres desse cenário.

O trabalho em questão abre também largas perspectivas futuras de pesquisa para compreender melhor a trajetória do futebol feminino no país. Além disso, estudos comparativos entre estados ou clubes poderiam traçar diferenças regionais nas estratégias de resistência e luta pela regulamentação do esporte. Sobre a relação do futebol feminino com outros movimentos sociais, como o feminismo e o movimento negro, também haveria pesquisas significativas a serem exploradas, já que isso poderia nos fornecer novas perspectivas de gênero, raça e classe no esporte. Outro campo promissor seria analisar a memória e as intertextualidades construídas por ex-atletas, torcedoras e dirigentes ao resgatar histórias invisíveis. Por último, produzir materiais pedagógicos sobre a História do Futebol Feminino que possam ser utilizadas como lousa para os educandos nas escolas seria muito benéfico para a valorização da prática e desconstrução dos preconceitos de gênero no esporte em uma etapa mais precoce da condição humana.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caroline Soares de. **“Boas de bola”**: Um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ALVES, Camila e COSTA, Breno. GE Futebol Feminino. Um clássico no circo: os 90 anos do primeiro jogo de futebol feminino do Recife e suas origens no Brasil. 2022. Disponível em: <https://ge.globo.com/pe/futebol/futebol-feminino/noticia/2022/12/29/um-classico-no-circo-os-90-anos-do-primeiro-jogo-de-futebol-feminino-do-recife-e-suas-origens-no-brasil.ghtml> Acesso em: 23 de agosto de 2024.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH** (UFOP), Ouro Preto, v. 15, p. 235-256, 2005.

BARROS, José. D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista portuguesa de história**, v. 52, p. 397–419, 2021.

BONFIM, Aira Fernandes. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)**. 2019, Dissertação - Mestrado em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2019.

BORGES, Fernando. Futebol Feminino em crescimento na França. **Ludopédio**, São Paulo, v. 98, n. 27, 2017. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/arquivancada/futebol-feminino-em-crescimento-na-franca/#:~:text=O%20futebol%20feminino%20aparece%20na,contra%20equipes%20escolares%20e%20masculinas>. Acesso em: agosto de 2024.

CHADE, Jamil. Notícias UOL. Apenas um de cada dez países é liderado por uma mulher. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/03/08/apenas-um-de-cada-dez-paises-e-liderado-por-uma-mulher.htm> Acesso em: setembro de 2024.

COLEMAN, Jenny. **BBC News**. *The Boxing Day game that changed women's football*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-merseyside-55429876> Acesso em: agosto de 2024.

ECOTEN, Márcia Cristina Furtado. **A construção da Identidade Colorada: Um estudo sobre memórias de mulheres**. 2009. 121 páginas. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2009.

FRANZINI, Fábio. Futebol é "coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 50, p. 315–328, jul. 2005.

GODON, Pierre. **FRANCEINFO: Sport**. *Comment l'Angleterre a empêché les pionnières du foot féminin de conquérir le monde*. 2019. Disponível em:

[https://www.francetvinfo.fr/sports/foot/coupe-du-monde-de-foot-feminin/comment-l-angleterre-a-empeche-les-pionnieres-du-foot-feminin-de-conquerir-le-monde\\_3261549.html](https://www.francetvinfo.fr/sports/foot/coupe-du-monde-de-foot-feminin/comment-l-angleterre-a-empeche-les-pionnieres-du-foot-feminin-de-conquerir-le-monde_3261549.html) Acesso em: julho 2024.

GOELLNER, Silvana V. As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil do início do século XX. Recorde: **Revista de História do Esporte**, v. 1, p. 5, 2008.

GOELLNER, Silvana V. Corpos, gêneros e sexualidades: em defesa do direito das mulheres ao esporte. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. São Paulo, n. 13, p. 99-112, 2021.

GOELLNER, Silvana. V. FEMINISMOS, MULHERES E ESPORTES: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE O FAZER HISTORIOGRÁFICO. **Movimento**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 173–196, 2008. DOI: 10.22456/1982-8918.3554. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3554> Acesso em: 19 ago. 2024.

Gurias de Todos os Tempos. Rio de Janeiro: **eMuseu do Esporte**. 2022. Disponível em: [https://expo3d.emuseudoesporte.com.br/3D/gallery/index.html?gallery=96&precache&language=pt\\_BR](https://expo3d.emuseudoesporte.com.br/3D/gallery/index.html?gallery=96&precache&language=pt_BR). Acesso em: 11 nov. 2024.

HAAG, Fernanda Ribeiro. "**O futebol não foi profissional comigo, mas eu fui com ele**": o futebol como trabalho para as mulheres no Brasil (1983-2023). 2023. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.8.2023.tde-29012024-140050. Acesso em: 2024-05-03.

LUDOPÉDIO. Entrevistas: Hilário Franco Jr. (parte 2). 2015. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/entrevista/hilario-franco-jr-parte-2/> Acesso em: julho de 2024.

MEIRA, J. C. ESTUDOS DE GÊNERO E HISTORICIDADE: Sobre a construção cultural das diferenças. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 27, n. 2, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/29900> Acesso em: 19 ago. 2024.

OLIVEIRA, A. F. DE. Origem do futebol na Inglaterra no Brasil. **RBFF - Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 4, n. 13, 24 nov. 2012.

PEREIRA, Gabriel. Muito além de 50 anos: a história do futebol feminino alemão. Fussball BR, 2020. Disponível em: <https://www.fussballbr.com/2020/10/o-futebol-feminino-na-alemanha.html> Acesso em: setembro de 2024.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**; tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PESSANHA, Nathália Fernandes. O mundo da bola. A proibição do futebol de mulheres em diferentes campos. **Esporte e Sociedade**. Niterói, n. 32, p. 1-20, 2021.

QUERO JOGAR FUTEBOL FEMININO. Dick Kerr's Ladies, o time de futebol feminino que foi pioneiro na Europa. 2021. Disponível em: <https://querojogarfutefeminino.com.br/dick-kerrs-ladies-o-time-de-futebol-feminino-que-foi-pioneiro-na-europa/> Acesso em: agosto de 2024.

SENADO FEDERAL. Futebol feminino já foi proibido no Brasil, e CPI pediu legalização. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/futebol-feminino-ja-foi-proibido-no-brasil-e-cpi-pediu-legalizacao#:~:text=Por%20mais%20de%2040%20anos,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20sua%20natureza%E2%80%9D>. Acesso em: agosto de 2024.

SILVA, Diana Mendes Machado da. Apontamentos para uma história social do futebol. *In: I Simpósio Internacional de estudos sobre futebol*. 2010, São Paulo. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/apontamentos-para-uma-historia-social-do-futebol/> Acesso em: 20 jun. 2024.

**SILVA, Giovana Capucim. Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1941-1983). Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.**

SIQUEIRA, T. L. JOAN SCOTT E O PAPEL DA HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO. *Revista Ártemis, [S. l.]*, n. 8, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2310>. Acesso em: 19 ago. 2024.

TILLY, Louise A. GÊNERO, HISTÓRIA DAS MULHERES E HISTÓRIA SOCIAL. *Cadernos Pagu, Desacordos, desamores e diferenças*, v.3, p. 29-62, 1994. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1994\(3\)/Tilly.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1994(3)/Tilly.pdf) Acesso em 19/8/2024.